

13 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Morre o ex-ministro do STF Paulo Brossard

Jurista gaúcho teve carreira política de mais de 40 anos destacada por liderança na oposição à ditadura militar

Brossard foi deputado, senador e ministro, e se afastou das disputas eleitorais em 1994, ao se aposentar do STF

Ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), o jurista gaúcho Paulo Brossard de Souza Pinto morreu, aos 90 anos, na manhã deste domingo (12), em Porto Alegre.

Segundo Rita Brossard, filha do jurista, o pai estava em casa quando morreu — as causas não foram divulgadas, mas sabe-se que ele estava doente desde o ano passado.

Natural de Bagé (RS), Brossard formou-se advogado em 1947 e logo iniciou a atuação política — filiou-se ao Partido Libertador quando ainda era estudante e elegeu-se pela primeira vez em 1954.

No Rio Grande do Sul, foi deputado estadual, secretário de Justiça, deputado federal e senador. Chegou ao Congresso Nacional em 1974, derrotando no pleito o candidato dos militares, Nestor Jost.

Filiado ao oposicionista MDB durante a ditadura militar, Paulo Brossard destacou-se na luta pela redemocratização do país.

Foi eleito líder do partido no Senado em 1979 e chegou a ser candidato a vice-presidente na chapa encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro nas eleições indiretas de 1978, vencidas pelo general João Figueiredo.

No governo Sarney, ocupou o cargo de consultor-geral da República entre 1985 e 86 — integrou a comissão que

elaborou o anteprojeto constitucional — e o de ministro da Justiça até 1989.

Em março deste ano, foi nomeado para uma cadeira na mais alta corte do país, em substituição ao advogado paraibano Djaci Falcão.

Presidiu o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ficou no STF até 1994, quando foi aposentado por ter completado 70 anos — idade-limite para a atuação dos magistrados na corte. Em seguida, Brossard se afastou da política.

Segundo a biografia “Brossard — 80 Anos na História Política do Brasil”, ele chegou a ser sondado por políticos como Pedro Simon para voltar às disputas eleitorais, mas declinou dos convites.

O jurista também fez carreira acadêmica, tendo sido professor da PUC e da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) nas décadas de 1950 e 1960.

O velório de Brossard foi realizado na tarde deste domingo (12), no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.

À noite, o corpo do jurista foi cremado no Crematório Metropolitano da capital gaúcha. Paulo Brossard era casado com Lúcia Alves Brossard de Sousa Pinto.

13 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Brossard, herói da resistência

JOSÉ SARNEY

Desaparece a mais brilhante e preparada legenda dos homens públicos rio-grandenses que sucedeu à geração gaúcha de 1930, que trouxe Vargas ao poder.

Não era um gaúcho dos gestos largos, da retórica dos guerreiros da fronteira, das vestes pampeiras da bombacha e do chimarrão. Mais para um lord inglês a falar no parlamento ou um professor da Sorbonne falando do positivismo. A linguagem de Brossard era erudita, pausada, elegante. Em vez do chapéu pampeiro e o lenço no pescoço, era um chapéu de feltro e uma gravata larga, num nó grande tipo plastrão. Elegante e muito influenciado pelo Raul Pilla, que também foi meu colega no Tiradentes.

Paulo Brossard teve oportunidade de servir ao Brasil nos três Poderes da República: Executivo, Judiciário e Legislativo. Foi, quando eu presidente, procurador-geral da República, ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal. Neles deixou a marca do jurista de grande conhecimento, guardada na jurisprudência do STF e no Ministério da Justiça, o notável político que foi a ponte a tecer as soluções controversas. Mas foi no Congresso que deixou sua marca do grande parlamentar, do grande orador a figurar

Paulo Brossard deixa o exemplo do político íntegro, do cidadão exemplar. Perde o Rio Grande, perde o Brasil e perdemos nós

entre os maiores, ao lado de Nabuco, Silveira Martins, Rui Barbosa, Visconde do Rio Branco, Lacerda, Afonso Arinos. Sua causa, a redemocratização. Era duro sem ser descortês, temerário às vezes, mas ouvi-lo era ouvir um Wagner adocicado em seus momentos altos de Tristão e Isolda.

Começou como deputado estadual, discípulo de Pilla, combatendo Lott na "novembrada", como chamou o 11 de novembro.

Foi um liberal que ninguém conseguiu aprisionar. Nem na disciplina partidária nem na negação dos seus princípios. Apoiou a saída de Jango, engajado na luta do Rio Grande contra o PTB, Getúlio, Brizola e o populismo. Mas logo que o golpe de 1964 descamba contra o direito, ei-lo rompendo e se filiando às hostes da oposição. Pela sua bravura foi afastado de sua cátedra na universidade.

No Congresso, foi uma das maiores e mais permanentes vozes con-

tra os governos militares.

É ele o grito que é ouvido, o líder que é seguido e o soldado que fica na linha de tiro.

Foi um dos maiores amigos que tive na vida. Sempre estávamos juntos, pessoalmente, por telefone ou por pensamento. Não cumpri a última promessa que fiz há dez dias: visitá-lo em Porto Alegre.

Não resisto a transcrever as palavras que proferi no Senado quando ele saía do Congresso: "Passada a tempestade, quantas vezes nos sentávamos neste plenário, Brossard largava a adaga e a baladeira, sentava-se junto à fogueira da convivência, pegava a chávena e a cuia do chimarrão da conversa amiga e começávamos grandes e inesquecíveis colóquios literários. Grande cultura, grande inteligência. Íamos e vínhamos na lembrança de livros e autores. Mas sempre aportávamos na história parlamentar, na evocação das grandes figuras e dos grandes momentos do parlamento".

Brossard deixa o exemplo do político íntegro, do cidadão exemplar, do grande patriota.

Perde o Rio Grande, perde o Brasil, perdemos nós.

JOSÉ SARNEY, 84, membro da Academia Brasileira de Letras, foi presidente da República (1985-1990)

13 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Paulo Brossard

Sobre o falecimento de Paulo Brossard de Souza Pinto, presto minhas homenagens a esse grande estadista brasileiro, que deixou um legado de sabedoria, ética, competência e inteligência, tanto como jurista, quanto como político e ser humano. Tive a honra de trabalhar com ele, durante sua gestão no Ministério da Justiça, e posso assegurar que jamais vi semelhante espírito público e amor à eficiência como na sua gestão. Há poucos anos, depois de ele ter se afastado da vida pública, fomos jantar em São Paulo, com amigos e familiares, e gostaria de registrar um fato: quando Paulo Brossard entrou no restaurante, todos os presentes se levantaram e o aplaudiram de pé. Em seguida, os garçons se juntaram aos aplausos e Brossard, sorrindo, acenou para todos com seu inseparável chapéu.

LUÍZA NAGIB ELUF, advogada (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Privilégio supremo

BRASÍLIA. A prisão de três ex-deputados na sexta-feira pode gerar uma falsa expectativa em quem vai protestar hoje contra o petrolão. Se é o seu caso, não se anime. Para os 35 parlamentares da Lava Jato, a conta ainda vai demorar a chegar.

André Vargas, Luiz Argôlo e Pedro Corrêa não deixaram mais rastros do que os outros políticos investigados. Apenas perderam o mandato e, com isso, passaram a responder por seus atos na Justiça como qualquer cidadão brasileiro.

A Constituição afirma que todos são iguais perante a lei, mas garante que alguns sejam mais iguais do que os outros. Isso vale para os deputados, senadores e governadores do petrolão. Eles só poderão ser julgados por tribunais superiores, graças ao chamado foro privilegiado.

Essa diferença de tratamento dividiu a Lava Jato em três. Um núcleo avança com velocidade na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, do juiz Sergio Moro. Lá são investigados doleiros, empresários, hierarcas da Petrobras e ex-parlamentares. Muitos já conheceram a carceragem da PF paranaense ou o Complexo Médico-Penal de Pinhais.

Os outros dois núcleos da operação caminham a passos lentos. Um está no Superior Tribunal de Justiça, onde correm os inquéritos contra os governadores do Rio e do Acre. O outro subiu para o Supremo, que deverá julgar os 35 parlamentares.

Embora a Lava Jato tenha começado há mais de um ano, as investigações que envolvem autoridades só passaram a existir para a Justiça no mês passado. Por isso, deputados e senadores sob suspeita continuam a tocar a vida em Brasília. Os mais ousados chegam a usar a tribuna para atacar os procuradores.

O ex-ministro Joaquim Barbosa costumava definir o foro privilegiado como "uma esperteza que os políticos conceberam para se proteger". Ele estava certo. No caso do mensalão, o Supremo surpreendeu ao condená-los. No petrolão, ainda será preciso esperar para ver.

12 ABR 2015

12 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Lavagem a seco

JANIO DE FREITAS

Método da Lava Jato prioriza delações premiadas em detrimento de investigações que levem a provas

AO MODIFICAR agora uma afirmação crucial em sua delação premiada, há sete meses, Paulo Roberto Costa denuncia um tipo de problema tendente a produzir controvérsias e problemas quando se realizar o julgamento dos acusados da Lava Jato. Será o efeito lógico do método que prioriza ou se satisfaz com delações premiadas, em detrimento de investigações policiais que levem a provas.

Por meio de seu advogado, Paulo Roberto nega o sobrepreço de 3% cobrado pelas empreiteiras à Petrobras como verba para repasse a políticos. Assim está na denúncia feita pelo Ministério Público, em seu papel de promotoria.

A nova versão alega que os valores de obras propostos à Petrobras já incluíam o suficiente para a eventualidade de repasses, ficando como lucro se nada fosse repassado. Logo, pretende o argumento, o repasse era retirado de lucro, não se tratando de montante tomado da Petrobras para transferência a políticos, partidos e outros.

A versão é artificiosa, de pretensão esclarecimento. Mas o que provará qual das duas é a verdadeira, ou a menos inverdadeira, para julgamento dos réus? Procuradores dizem que uma delação confirma outra, e isso basta. Em termos, porque a delação que confirmou também está sujeita a reconsideração, confirmando a mais recente. E não há prova documental ou indício consistente, que dependeria de investigação propriamente dita. Os arquivos das empreiteiras são fartos.

Dois fatores facilitam a esperada multiplicação das reconsiderações. Um é a reconhecida situação do depoente em delação premiada, que, sem floreios, é a de quem sabe estar comprando liberdade com a satisfação que produza nos inquiridores. Cada frase sua no depoimento convive com a tentação de usar moeda falsa, e isso não pode ser ignorado.

O outro fator que favorece reconsiderações, na fase de processo e julgamento, do afirmado na delação vem da própria equipe de procuradores que conduz a Lava Jato. Menos ou mais explícitas, são coisas como o vanglorioso relato do procurador Carlos Fernando Lima, na Folha de 5.4.15, segundo o qual a Lava Jato valeu-se “de um grande 171”. Ou seja, do que o art. 171 do Código Penal descreve e condena como “obter vantagem” enganando “mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”.

No relato do procurador, a Lava Jato tratou de “espalhar que já tinha gente na fila para colaborar (...) mas a gente ainda não tinha nada. Aí começaram a bater na nossa porta”. E espalhou usando os jornais e a TV para difundir o que não era verdadeiro — o que foi feito só por sensacionalismo aliado a intenções políticas, não com a consciência de serviço inescrupuloso.

O relato abre uma oportunidade, entre outras possíveis, para o questionamento dos advogados à legalidade do processo, por práticas, a

exemplo do “grande 171”, cuja menção pareceu uma esnobada na validade do Código Penal ante o poder dos procuradores. Se para identificar pessoas foi assim, não surpreenderia dizerem que para fazê-las falar foi assim também. No mínimo. E nada provaria que não foi, se as práticas condenadas pelo 171 já estão admitidas.

A Lava Jato joga com a existência do prêmio à delação. As defesas vão jogar com a ausência de investigação.

11 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz lamenta a 'longevidade' de políticos flagrados em corrupção

Reclamação de Sergio Moro aparece no despacho em que ele mandou prender André Vargas

Magistrado citou o caso do ex-deputado Pedro Corrêa, que, mesmo cassado, 'continuou recebendo propinas'

FLÁVIO FERREIRA
ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

Em despacho sobre a prisão do ex-deputado André Vargas (ex-PT-PR, hoje sem partido), o juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, lamentou a "longevidade na vida pública" de políticos envolvidos em crimes de corrupção.

Nesta sexta (10), em nova fase da investigação que apura um esquema de corrupção na Petrobras, a Polícia Federal prendeu Vargas e o ex-deputado, Luiz Argôlo (ex-PP e hoje Solidariedade-BA) e mais quatro pessoas ligadas aos políticos.

Também houve ordem de prisão contra o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), que já estava preso em Pernambuco por condenação no processo do mensalão. Foi encaminhado ofício para o presídio para que ele seja transferido para a PF em Curitiba.

Segundo Moro, "infelizmente, no Brasil, não raramente agentes políticos surpreendidos na prática de crimes graves, alguns até presos

e condenados, mantêm surpreendente longevidade na vida pública".

O magistrado citou o caso de Pedro Corrêa, "que teve o seu mandato cassado em 2006, mas continuou, como indicam as provas descobertas na Operação Lava Jato, recebendo propinas periódicas decorrentes do esquema criminoso na Petrobras".

Sobre Vargas, Moro disse que, apesar dele ter tido o mandato cassado pela Câmara, "seria ingenuidade acreditar que não dispõe de qualquer poder político".

Ele disse haver "risco" de Vargas recuperar o mandato no futuro, "como tantos outros fizeram", e que nem todos os agentes públicos envolvidos no esquema já foram identificados.

Moro apontou ainda que as investigações mostraram que o político do Paraná atuava com "profissionalismo" na prática dos crimes.

"A quantidade de crimes nos quais André Vargas se envolveu em relativamente curto espaço de tempo - pelo menos quatro esquemas diversos de corrupção e lavagem - é indicativa de habitualidade e profissionalismo na prática de delitos."

Para justificar a prisão, o magistrado afirmou que "em

um contexto de criminalidade desenvolvida de forma habitual, profissional e sofisticada, não há como não reconhecer a presença de risco à ordem pública, a justificar a prisão preventiva para interromper o ciclo delitivo".

SEM PETROBRAS

O juiz ressaltou ainda que os supostos delitos de André Vargas não têm, a princípio, ligação com o esquema na Petrobras, mas envolvem corrupção em outros órgãos públicos.

"Os crimes atribuídos a André Vargas são estranhos ao esquema criminoso na Petrobras, mas se inserem um mesmo contexto de obtenção de comissões ou propinas em contratos com a administração pública", argumentou.

Para Sergio Moro, "o nexo de ligação entre os fatos é aqui o escritório de lavagem de dinheiro de Alberto Youssef que, além de atender ao esquema na Petrobras, também estava envolvido em outros crimes em conjunto com André Vargas".

CONTINUA

1 1 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“ Infelizmente, no Brasil, não raramente agentes políticos surpreendidos na prática de crimes graves [...] mantêm surpreendente longevidade na vida pública

SERGIO MORO
juiz federal

11 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Fim de taxa de associação de moradores atinge 141 ações

Decisão do STJ que vetou cobrança deve orientar processos pelo país, 64 em SP

Justiça entendeu que ninguém é obrigado a se filiar a entidade para pagar por serviços e melhorias em ruas

FABIANO MAISONNAVE
DE SÃO PAULO

Uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que vetou a cobrança compulsória de taxas de manutenção por associações de moradores deve orientar ao menos 141 processos semelhantes em curso no Brasil —sendo 64 no Estado de São Paulo.

O levantamento foi feito pelo STJ, a pedido da Folha, após julgamento no mês passado no qual foi aceito, por 5 votos a 2, os recursos de dois proprietários de imóveis de municípios de São Paulo.

Moradores de Mogi das Cruzes (a 57 km de SP) e Franca (a 400 km de SP), eles não aceitavam as taxas cobradas pelas associações de bairros e haviam sido condenados em primeira e segunda instâncias a pagá-las —sob a justificativa de que, como eram beneficiados por melhorias, deveriam dividir as despesas.

O STJ, no entanto, entendeu que eles não eram obrigados a estar associados.

O advogado Marcelo Tapai, diretor do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, avalia que a quantidade de afetados pela decisão é muito maior que as ações já mapeadas pelo STJ.

“Trata-se de assunto cada vez mais recorrente por causa da segurança. As pessoas fecham uma rua, instituem uma associação e compelem todo mundo a pagar uma taxa”, afirma Tapai, especialista em direito imobiliário.

Como a decisão ocorreu sob rito dos repetitivos (quando há mais de um processo sobre a mesma questão), a partir de agora caberá recurso apenas se a sentença de segunda instância for contrária ao entendimento do STJ.

Na prática, ela balizará as decisões dos tribunais inferiores —que até podem julgar de forma diferente, mas, chegando ao STJ, a possibilidade de reverter é mínima.

PORTARIA E ASFALTO

O julgamento no STJ pôs fim a um impasse que se arrastava na Justiça havia sete anos no caso do técnico contábil Marcelo Viana, 44.

Morador do Residencial Rubi, em Mogi das Cruzes, ele disse que não quis se filiar por falta de transparência. “É uma panela, decidem entre eles.”

Em 2008, quando a taxa era de R\$ 50, a entidade de moradores passou a cobrá-lo na Justiça. No processo, seu advogado, Luciano Arias Rodrigues, alegou que Viana não podia ser obrigado a pagar porque a área é um loteamento, e não um condomínio, e que a Constituição prevê liberdade de associação.

O Residencial Rubi diz que, na prática, é um condomínio, com serviços como portaria, segurança privada e manutenção de ruas e esgoto.

“Se ninguém pagar, não tem como fazer serviço de esgoto, consertar buraco no asfalto”, afirma Solano Matos, advogado da associação.

CONTINUA

11 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'MILÍCIA'

No recurso apresentado ao STJ, a defesa do comerciante João Geraldo Raimundo Jr., de Franca, afirmou que, "por analogia", a ação de associações de moradores "tem a ver com as milícias do Rio" — conhecidas por cobrar por segurança e outros serviços.

"Daqui a pouco as milícias teriam essas taxas regulamentadas", disse o advogado José Antônio Martos.

O Residencial Morada do Verde, segundo ele, começou como um loteamento de alto padrão e, mais tarde, um grupo de moradores criou uma associação e decidiu fechá-lo, colocando uma portaria.

O cliente dele, por se recusar a pagar taxas, teve a entrada de parentes e entrega de cartas dificultadas. Preciso alugar uma caixa de correio. A associação do residencial não quis se manifestar.

PAINEL

Faixa etária A OAB estuda apresentar Ação Direita de Inconstitucionalidade ao STF, caso a redução da maioria passe no Congresso.

Ensaio... O presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, quer tornar obrigatórios testes públicos nas urnas eletrônicas antes das eleições. Resolução fixando as simulações deve ser votada na próxima semana no plenário.

... geral Pela minuta, as checagens ocorrerão no segundo semestre dos anos que antecedem o pleito e serão acompanhados, além de técnicos do TSE, por representantes do Ministério Público, da OAB e da Polícia Federal.

1 1 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

André Vargas

é preso em

nova fase da Lava Jato

Nesta etapa, operação investiga os crimes de organização criminosa, corrupção, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, entre outros

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O ex-deputado André Vargas (sem partido-PR) foi preso na manhã de ontem, em sua residência em Londrina, na 11ª fase da Operação Lava Jato deflagrada pela Polícia Federal (PF) e denominada de "A Origem". Também tiveram a prisão preventiva decretada os ex-deputados Luiz Argôlo (SD-BA) e o já condenado no mensalão, que cumpre pena no regime semiaberto no presídio de Canhotinho (PE), Pedro Corrêa (PP-PE). As investigações desta etapa abrangem crimes que vão além da Petrobras e envolvem até contratos de publicidade da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério da Saúde (MS).

Nesta fase da operação estão sendo investigados os crimes de organização criminosa, formação de quadrilha, corrupção ativa, corrupção passiva, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, uso de documento falso e tráfico de influência envolvendo os três grupos dos ex-deputados. O nome da operação faz referência às investigações dos ex-parlamentares,

cujo envolvimento com o esquema do doleiro Alberto Youssef foi descoberto nas primeiras etapas da operação, no ano passado.

Além dos ex-parlamentares, também foram presos ontem Leon Vargas, irmão de André, Eliá Santos da Hora, secretária de Argôlo, Ivan Mernon da Silva Torres, apontado como laranja de Corrêa e que foi seu assessor parlamentar entre 2003 e 2006, e Ricardo Hoffmann, dirigente da empresa Borghi Lowe. Os irmãos Vargas chegaram à sede da PF em Curitiba por volta das 16h30 e devem fazer o exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) da Capital hoje pela manhã, com os demais detidos.

Ao todo foram cumpridos 32 mandados judiciais: sete de prisão - três preventivos e quatro temporários -, nove de condução coercitiva e 16 de busca e apreensão. As diligências ocorreram no Paraná, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

Segundo dados da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), a agência de publicidade Borghi\Low

ganda e Marketing Ltda., que administra contas de entidades públicas, como a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Saúde, solicitava a empresas subcontratadas - E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filmes - a realização de serviços de publicidade legais, entretanto as orientava a realizar pagamentos de comissões devidas (no valor de 10% dos contratos) para contas das empresas Limiar, com sede em Curitiba, e LSI, com sede em São Paulo, que eram controladas por André Vargas e seu irmão Leon.

Conforme o despacho proferido pelo juiz federal Sérgio Moro, há suspeita de que a empresa Borghi\Low tenha pago os 10% de propina aos irmãos Vargas para obter vantagens em contratos da Caixa e de outros órgãos públicos.

"Os fatos caracterizam, em princípio, crimes de corrupção, com comissões devidas à Borghi\Low, agência de publicidade contratada por entidades públicas, sendo direcionadas como propinas e sem causa lícita a André Vargas e aos irmãos deste por intermédio do estratagema fraudulento", ressaltou o magistrado.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

1 1 ABR 2015

Segundo as investigações, tanto a Limiar quanto a LSI eram empresas de fachada. "André Vargas compôs o quadro social da empresa Limiar com seu irmão Leon Vargas entre 2009 e 2012. A empresa teve um único empregado registrado entre 2011 e 2012. Já o quadro social da LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda. seria composto por Leon Vargas e Milton Vargas, irmãos do ex-deputado. Esta empresa não teve empregados registrados", completou Moro.

"Essas investigações ainda vão prosseguir por muito tempo porque, pelos dados já levantados, nós temos um indicativo de fraudes, como nós suspeitávamos, fora da Petrobras também", afirmou o delegado da PF Igor Romário de Paula. "A praxe do mercado é a devolução dos 10% de bônus para a empresa que fez as subcontratações. Neste caso, o pagamento pela influência de Vargas na escolha da Borghi era que os 10% fossem pagos para as empresas de fachada dos irmãos Vargas. O bônus não voltava para Borghi, ia para as empresas do André e do Leo", completou o delegado. "Essa investigação vai nos levar a mares nunca dantes navegados. Temos áreas ainda intocadas na investigação", completou o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima.

Nas contas das empresas Limiar e LSI, de acordo com o MPF, também foram identificados depósitos de outras empresas que têm contratos com o Poder Público, como a JBS S/A e a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A.

"Isso não vai ficar circunscrito à Petrobras. É um modelo de negócios que se reproduz pelo Brasil, para a contratação com o Poder Público", disse o delegado Márcio Anselmo da Silva.

ASCENSÃO E QUEDA

Conheça a trajetória política meteórica do ex-deputado André Vargas

- Formado no curso técnico de Administração de Empresas do Colégio Marcelino Champagnat, em 1981;

- Tornou-se superintendente geral da Associação Londrinense de Assistência, de 1982 a 1992. Neste período, também assumiu a presidência da Associação das Entidades Sociais Beneficentes do Paraná (1987-1992);

- Filiou-se ao PT de Londrina em 1991 e, nove anos depois, assume a presidência do Diretório Municipal. Em 2000, torna-se presidente do Diretório Estadual da legenda;

- Assumiu como Diretor Social da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-LD) de 1993 a 1996, durante o governo Luiz Eduardo Cheida (PMDB);

- Entre 1997 e 1998, foi chefe de gabinete de Nedson Micheletti, então deputado federal;



- Elegeu-se vereador em Londrina em 2001 e já tornou-se líder do governo na Câmara, nos primeiros dois anos da gestão Nedson Micheletti;

- Eleito deputado estadual em 2003, assumiu a vice-presidência da Assembleia Legislativa do Paraná em 2004;

- Foi eleito deputado federal em 2007 e reeleito em 2011;

- Devido às denúncias de envolvimento com Alberto Youssef, é desligado do PT em agosto de 2014. Pela mesma razão, perdeu o mandato em dezembro daquele ano, após processo da Comissão de Ética.

Fonte: Câmara dos Deputados

Folha Arte

CONTINUA

11 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Investigação de londrinense envolve diversos delitos

Tratando-se de agente público, não se trata de sonegação fiscal, mas de lavagem de dinheiro

André Vargas também está sendo investigado por suspeita de lavagem de dinheiro na compra da sua casa em Londrina. O imóvel foi sequestrado por ordem do juiz Sérgio Moro. O londrinense teria declarado a compra do imóvel por R\$ 500 mil, segundo consta da escritura, mas o vendedor do imóvel, em sua declaração de rendimentos, calculou o negócio por R\$ 980 mil, "preço integralmente recebido em 2011". Segundo os investigadores, o imóvel está no nome da esposa de Vargas, Edilaira Soares Gomes. "Tratando-se, porém, de agente público, no caso deputado federal na época dos fatos, não se trata apenas de indício de crime de sonegação fiscal, mas sim de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes crimes contra a Administração Pública", reforçou o juiz.

O ex-parlamentar londrinense ainda é investigado por ter recebido o repasse de R\$ 2.399.511,60, em espécie, do doleiro Alberto Youssef. Conforme as investigações, este valor teria sido encoberto pela emissão de notas fiscais falsas em favor da empresa IT7 Sistemas Ltda., por serviços que não foram prestados. As notas foram emitidas pelas empresas da ex-contadora de Youssef, Meire Poza.

Conforme ela, estas notas visariam acobertar a transferência de recursos para Leon e André Vargas. "Referida empresa (IT7) mantém contratos com diversas entidades públicas, como a Caixa Econômica Federal, o Serviço Federal de Processamento de Dados, Celepar, CCEE, entre outras. Somente no ano de 2013, por exemplo, a IT7 recebeu, da Caixa Econômica Federal, cerca de R\$ 50 milhões", apontou Moro.

Por fim, Vargas também é investigado por ter intermediado a aprovação pelo Ministério da Saúde da empresa Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia de uma Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP). A Labogen é uma empresa de Leonardo Meirelles, réu na Lava Jato, que a utilizava para a celebração de contratos de câmbio para importações fictícias a fim de remeter fraudulentamente dinheiro ao exterior. Por esse expediente, Leonardo prestou serviços de remessa inclusive a Youssef. "Foram colhidas provas que indicam, em cognição sumária que, André Vargas, então deputado federal, teve papel fundamental para que a Labogen lograsse obter a aprovação do Ministério da Saúde para a parceria em questão", afirmou o juiz.

A relação entre os londrinenses Vargas e Youssef veio à tona desde o começo das investigações, em 2014, quando o então deputado utilizou um jatinho alugado pelo doleiro para passar férias no Nordeste. Por isso, Vargas teve o mandato cassado e foi expulso do PT.

O advogado de Vargas, João dos Santos Gomes Filho, visitou o cliente no final da tarde de ontem, e informou que vai se inteirar das acusações antes de impetrar com um habeas corpus na justiça. "Conversei com ele hoje cedo quando aconteceu tudo em Londrina. Ele me ligou em casa e fui dar a primeira assistência. Mas agora vou analisar tecnicamente os fundamentos que embasaram a decisão do juiz. O que motivou, um ano depois da deflagração da operação, este decreto ser ordenado." (R.C.J.)

11 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Parlamentares livres trazem risco à sociedade, diz Moro

Um dos 40 réus no processo do mensalão, Pedro Corrêa cumpre pena em regime semiaberto

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Nas decisões em que acata os pedidos de prisões preventivas dos ex-deputados André Vargas, Luiz Argôlo e Pedro Correia, o juiz federal Sérgio Moro destacou, em trecho de seu despacho que “a gravidade concreta da conduta dos parlamentares é ainda mais especial, pois as provas apontam que eles traíram seus mandatos e a confiança que a sociedade brasileira neles depositaram, ao concordarem em utilizá-los para enriquecerem ilicitamente”. O magistrado completa, reforçando que “a manutenção deles em liberdade ainda oferece um risco especial pois mantém significativo poder político”.

O ex-deputado federal Luiz Argôlo chegou na noite de ontem em Curitiba e foi encaminhado à carceragem da Polícia Federal (PF). Conforme o juiz, “João Luiz Correia Argôlo dos Santos seria um dos beneficiários do esquema de propinas instaurado no Petrobras, para ele sendo destinado, a partir de 2011,

“Provas apontam que eles traíram seus mandatos e a sociedade”

valores de cota cabível aos partidos políticos, primeiro enquanto se encontrava no Partido Progressista (PP) e depois no Solidariedade”.

Em sua delação premiada, Alberto Youssef afirmou que fez repasses a Argôlo desde quando o conheceu, em 2011, e que estes valores variavam entre R\$ 20 mil e R\$ 200 mil. Argôlo, segundo o Youssef, teria recebido emprestado um helicóptero do doleiro para sua campanha eleitoral de 2014. Ainda conforme depoimento do londrinense, o ex-parlamentar comprou a aeronave em 2012, mas não teve dinheiro para quitar as prestações. O político teria pedido dinheiro emprestado ao doleiro para fazer os pagamentos. Argôlo deixou o PP no fim de 2013 e transferiu-se para o Solidariedade.

Interceptações telefônicas da PF apontam que o ex-deputado teria recebido propina de R\$ 400 mil da OAS por meio de Youssef.

Conforme o MPE, além da delação de Youssef e depoimentos de Leonardo Meirelles, provas documentais apontam que o ex-deputado e Youssef seriam os proprietários de fato da empresa Malga Engenharia Ltda., e que eles a teriam adquirido, em 2013, de Leonardo Meirelles, “mas mantido no quadro social a pessoa interposta que ali já figurava”. Meirelles é proprietário da Labogen, empresa já citada nos processos da Lava Jato.

Um dos 40 réus no processo do mensalão, Pedro Corrêa foi condenado em 2013 a sete anos e dois meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e cumpre pena em regime semiaberto. Com a nova fase da Lava Jato, ele teve o pedido de transferência para Curitiba aceito pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e deve chegar na PF ainda hoje.

CONTINUA

11 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ele é acusado pela Polícia Federal (PF) de “dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobras” de diretores e gerentes ligados ao esquema de corrupção. De acordo com despacho de Moro, mesmo depois de cassado no processo do mensalão, o ex-parlamentar “não perdeu seu poder político, tendo inclusive logrado eleger sua filha Aline Correa para a Câmara dos Deputados”. Na delação premiada, Youssef reporta-se por diversas vezes a Correa como um dos membros do PP que apoiava Paulo Roberto Costa, recebendo propina.

“Os pagamentos seriam feitos periodicamente em contas do próprio Pedro Corrêa, de pessoas interpostas ou em espécie por Alberto Youssef”, diz trecho do despacho de Moro. O juiz ainda esclarece que e-mails interceptados de conversas entre Youssef e Corrêa mostram supostas transações bancárias que somam ao menos R\$ 100 mil. Registros de entrada dos escritórios do doleiro apontaram 23 acessos de Corrêa entre outubro de 2011 e agosto de 2013. “A explicação provável é a de

que essas constantes visitas serviam para recebimento de pagamentos em espécie, daí a

dificuldade provar documentalmente todas as operações”, completou o juiz.

Moro determinou o bloqueio de até R\$ 120 milhões de seis pessoas presas na manhã de ontem. A medida afeta Corrêa e Argôlo, a nora de Corrêa, Marcia Corrêa, a secretária de Argôlo, Elia Santos da Hora, e Ivan Vernon. Para cada um, o magistrado pediu o bloqueio de até R\$ 20 milhões.

A Caixa e o Ministério da Saúde afirmaram que deram início a uma apuração interna logo após terem sido citados pela Operação da PF na manhã de ontem. “A Caixa reitera que vai colaborar integralmente com as investigações e informa que encaminhará imediatamente todos os contratos relacionados às empresas citadas à Controladoria-Geral da União, à Polícia Federal e ao Ministério Público”, afirmou, em nota, o banco estatal. “O Ministério da Saúde está à disposição da Polícia Federal e demais órgãos de controle para quaisquer esclarecimentos sobre os processos da Labogen e da empresa de publicidade”, escreveu o ministério em nota. (Com Agência Estado)

Imobiliária e empresário

são presos pelo Gaeco

Ambos são suspeitos de cometer crimes relacionados à exploração sexual de menores em Londrina

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina – O imobiliária Walid Kauss e o empresário Antônio Crippa Netto foram presos na manhã de ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) por suspeita de terem cometido crimes relacionados à exploração sexual. Kauss é advogado e proprietário de uma imobiliária em Londrina. Crippa Neto, mais conhecido como “Salim”, é empresário em Cambé (Região Metropolitana de Londrina) e foi candidato a vereador em 2004 em Londrina pelo extinto Partido da Frente Liberal (PFL), atual DEM.

Walid Kauss chegou ao Gaeco por volta das 10h da manhã, mas não prestou depoimento. “Eu desafio qualquer pessoa a descobrir um único ato de desaprovação que me desabone moralmente na cidade de Londrina. Eu gostaria de saber qual é a intenção dessa prisão porque criar um escândalo desse, uma pessoa que, reconhecidamente, é ilibada como eu... [...] Eu sou um homem solteiro. No momento em que isso terminar, eu vou tomar as providências legais”, disse ele à imprensa no início da tarde.

Os nomes dos dois suspeitos foram revelados em depoi-

mentos coletados pelo Gaeco na investigação que apura a existência de uma rede de exploração sexual em Londrina. Desde janeiro, 12 pessoas foram presas, pelo menos três delas foram liberadas após colaborar com as investigações. Entre os detidos estão empresários, policiais civis e auditores da Receita Estadual.

Walid Kauss disse desconhecer os outros investigados. Além das prisões, os policiais cumpriram mandados de busca e apreensão nas residências do imobiliária e do empresário. Computadores e DVDs foram apreendidos e levados à sede do Ministério Público.

DEFESA

Segundo o advogado Ronaldo Neves, que representa Walid Kauss, o imobiliária deve esclarecer os fatos ao Gaeco nos próximos dias. O advogado admitiu que o cliente teve relações sexuais com garotas de programa. No entanto, segundo ele, nenhuma delas seria menor de 18 anos. “O que passa com o meu cliente é que constam duas declarações de prostitutas que há dois ou três anos, elas não sabem precisar, tiveram relações sexuais com ele, na residência dele. Ele não as conhece e não se lembra delas, embora ele admita que eventualmente, até pela sua

condição de solteiro, efetivamente tenha relações com prostitutas, todas maiores de idade. Não se justifica em hipótese alguma que ele seja preso por conta disso. É um homem solteiro que mora em Londrina há mais de 30 anos, pessoa de bons antecedentes, é primário, conhecido na cidade, então não se justifica essa prisão”, argumentou. Conforme Neves, o imobiliária teria pago de R\$ 300 a R\$ 500 em cada um dos encontros.

Para o advogado, o cliente pode ter sido enganado pelas adolescentes. “A opção dele jamais foi por uma menor de 18 anos. São mulheres que se apresentam bem maquiadas e que aparentam ser mulheres maiores de idade. Não é uma repartição pública em que você exige a exibição de um documento. Basta a palavra. É um princípio de confiança que se estabelece. Não existe nenhuma inocente nessa história. Eles [policiais do Gaeco] estão destruindo famílias. Qual é a razão disso? Vai acabar a prostituição? Não vai acabar. É a profissão mais antiga do mundo”, concluiu Neves. O imobiliária e o empresário deixaram a sede do Gaeco no início da tarde. O advogado de Antônio Crippa Netto não foi encontrado para dar entrevista. (Colaborou Gina Mardones)

CONTINUA

1 1 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'Ainda há muito o que investigar'

A promotora da 6ª Vara Criminal de Londrina, Susana de Lacerda, que deu início às investigações dos crimes de exploração sexual de menores, reafirmou que participar de programas sexuais com adolescentes é crime, ainda que mediante pagamento e com o consentimento das vítimas. "O Ministério Público, amparado na lei, sustenta que condutas como essa são crimes. Há algumas meninas que não sabem a data exata em que os programas foram mantidos, então há a possibilidade de ter ocorrido o estupro de vulnerável pelo

momento em que a relação sexual foi mantida", destacou a promotora. Participar de programas sexuais com adolescentes entre 14 e 17 anos é enquadrado no crime de favorecimento à prostituição com pena prevista de quatro a dez anos de reclusão. Já a prática com meninas menores de 13 anos caracteriza estupro de vulnerável em que a pena pode chegar a até 15 anos de detenção.

Desde o início das investigações, mais de 50 vítimas prestaram depoimento. "Há outros núcleos ainda que estão sendo investigados, outros usuários,

outras aliciadoras e não necessariamente com o intercâmbio com as pessoas que já foram presas ou denunciadas. Ainda há muito o que se investigar", declarou. "Como a gente percebe, a posição e opinião de alguns da sociedade de que essa conduta não é criminosa e de que é socialmente aceitável e isso é absolutamente lamentável. Da mesma forma que se usa adolescentes para a prática de crime, meninas sendo compradas como objetos para o sexo têm um prejuízo social inestimável", completou a promotora. (V.C.)

1 1 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Pensão discutida

A despeito de sua deformante característica, típica do patrimonialismo a que estamos condicionados desde Pedro Alvares Cabral, só agora veio da parte do STF, o remédio contra a "aposentadoria" de ex-governadores, inscrita por sinal na Constituição das unidades federativas que a adotaram. A decisão que se refere ao Pará é provisória e sujeita à revisão.

A maior vítima política dessa "inovação" foi José Richa e que perdeu um pleito que iria fatalmente vencer com sua reeleição por havê-la defendido: o PMDB comandou a ação massiva (via Romanelli, hoje líder do filho) contra o privilégio e o desgaste tirou o beneficiário do segundo turno que restou para Requião e José Carlos Martinez.

Posteriormente, na maior cara de pau, Requião pleiteou o privilégio que apontara como um crime nefando e apenas Alvaro Dias, que o usara na campanha hostil, se recusou a recebê-la, o que certamente será um dos pontos de sua possível candidatura a sucessor de Beto Richa. Bem, aliás, na linha moralista que costuma adotar.

Aí outra precariedade nossa como se repete com outras aldeias: a falta de quadros. E de repente até um pega fratricida com Osmar Dias. Merecemos?

De carro

André Vargas e seu irmão Leon, presos em Londrina, vieram de automóvel para a Polícia Federal na Capital. Tudo começou com uma carona amigável no avião e agora se encaminha para o final, depois da cassação, na dureza do processo e nesse desconforto da viagem para o caos.

Quase 'mela'

Advogados das petrorroubalheiras se assanham com qualquer notícia que indica reversão na Lava Jato como o parecer do corregedor Dip, que considera nula a delação de Youssef por ter ludibriado a Justiça já no caso CC-5 Banestado e agora com a versão de que Paulo Roberto Costa teria revisto a denúncia de que o cartel reservava 3% para propina a políticos, fato mal interpretado pela mídia como o Ministério Público ontem esclareceu. A aposta é numa nulidade para melar tudo.

Folclore

Uma viúva de magistrado em Curitiba para não perder a pensão do marido evitou casar-se com seu novo companheiro que nos bares que frequentava era apelidado, carinhosamente, de "juiz substituto".

1 1 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

25 mil pessoas vão à Justiça contra Facebook

Um grupo de 25 mil usuários que acusam o Facebook de utilizar ilegalmente seus dados pessoais apresentou esta semana uma ação coletiva contra a rede social Facebook no tribunal civil de Viena. Agora, a corte precisará determinar se ela é procedente ou não.

Max Schrems, o advogado austríaco à frente do recurso, depositou formalmente a demanda na manhã da última quinta-feira, e foi acompanhado de perto pelos gigantes da internet. O processo é um dos mais importantes até hoje contra a rede social americana, que conta com quase 1,4 bilhão de usuários ativos.

O recurso foi lançado em agosto por usuários de vários países diferentes da Europa, assim como da Ásia, América Latina e Austrália. Os 25 mil demandantes exigem que o Facebook pague 500 euros a cada um. Eles acusam a rede social de participar do programa de vigilância Prism da NSA, a Agência de Segurança Nacional americana. O programa permite à NSA acessar os dados dos usuários de empresas como Apple, Google e Facebook, de acordo com documentos revelados por Edward Snowden.

“Exigimos que o Facebook termine com sua vigilância em massa, que tenham uma política de proteção da vida privada compreensível, e que pare de recolher dados de pessoas que nem mesmo têm contas do Facebook”, disse Schrems.

Para o Facebook, “esse assunto é improcedente tanto pela forma quanto pelo conteúdo”. “Não há nenhuma base legal na Áustria para um recurso coletivo do tipo americano”, declararam os advogados da empresa.

“O Facebook não quer ser processado em lugar nenhum, nem na Irlanda [onde a empresa tem sua sede europeia], nem na Áustria”, responderam os advogados de Max Schrems. “A realidade é que, graças às leis europeias, os consumidores não precisam ir até a Califórnia para abrir um processo contra os gigantes das tecnologias. Podem fazê-lo em seus países de residência”, explicou.

Em 2011, Schrems apresentou a título pessoal um recurso ante a autoridade irlandesa de proteção da vida privada. Esta autoridade lhe deu razão e solicitou ao Facebook que esclarecesse sua política em matéria de proteção de dados.

12 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

JUAREZ CIRINO DOS SANTOS

Crônica de uma condenação anunciada

Em artigo sobre a operação Lava Jato (Estado, 29/03), os juízes federais Sérgio Moro e Antônio Bochenek surpreenderam o País com a informação de provas sobre um esquema criminoso gigantesco, que seria o maior escândalo criminal do Brasil.

Moro é o Juiz da operação Lava Jato – e a lei proíbe o magistrado de manifestar opinião sobre processos pendentes de julgamento, por qualquer meio de comunicação. O artigo não cita nomes, as provas dependeriam de confirmação, mas esses detalhes são irrelevantes: é sobre processos pendentes de julgamento que o juiz não pode manifestar opinião. Agora, temos: ou os autores do artigo seriam responsabilizados pela infração, ou todos os juízes poderiam publicar opinião sobre processos pendentes de julgamento.

E a surpresa maior: mais do que falar sobre processos em julgamento, o juiz Moro teria prejulgado a causa, com lesão da imparcialidade judicial. A semântica e a sintaxe do artigo exprimiriam a convicção do juiz da causa sobre a natureza criminosa dos fatos dos processos – convicção aparente até em ato falho do artigo, ao suprimir ressalvas sobre empresas envolvidas no esquema criminoso. E atos falhos seriam, na psicanálise, mecanismos de revelação das emoções inconscientes do ser humano.

O juiz Moro poderia reconhecer, na sentença futura, que o esquema não seria criminoso? Se parece improvável, então teria prejulgado a causa, com lesão da imparcialidade judicial. Logo, apesar do saber jurídico e das qualidades pessoais, o juiz Moro ter-se-ia tornado suspeito para julgar a operação Lava Jato e deveria ser afastado da causa – ou teremos uma condenação anunciada, independente da reprovação pública dos fatos imputados, que merecem todo repúdio.

Os autores do artigo também falam de coisas que parecem ignorar. Assumem que crimes de corrupção existem por causa da ineficiência da justiça e, como solução, propõem a eficácia

imediate da sentença condenatória em crimes graves – com prisão dos condenados apesar de recurso aos tribunais. E concluem: ou optamos por um sistema penal eficiente ou afundamos em esquemas criminosos.

A relação entre crimes de corrupção e ineficiência da justiça é ingênua: a experiência mostra que a criminalidade independe da efetividade do sistema penal, que em vez de corrigir condenados introduz pessoas em carreiras criminosas. Prova disso: no Brasil, os condenados criminais cresceram de 90 mil (em 1990) para 716 mil (em 2015) – multiplicou por 8 em 25 anos. O Brasil é o país que mais pune no mundo – e falam de impunidade, como se penas criminais resolvessem problemas sociais.

A proposta de eficácia imediata da sentença condenatória é simplista, porque ignora determinações estruturais e institucionais da criminalidade, que a repressão imediata não altera: ao nível da estrutura econômica, o capital produz desigualdade e violência social; ao nível das instituições do Estado, o poder produz acesso à riqueza e corrupção. E a proposta de eficiência e de efetividade do sistema penal não é original dos autores do artigo: é a marca da criminologia etiológica e das políticas criminais repressivas, com duzentos anos de proposição renovada e de fracasso reiterado. Os magistrados referidos conhecem a metodologia jurídica de aplicação da lei penal, mas parecem carecer de informação científica em Criminologia e Política Criminal.

Enfim, as críticas formuladas seguem critérios jurídicos e científicos estritos, como consciente tomada de posição contra comunicações emocionais de processos criminais, que promovem sentimentos inconscientes de vingança em segmentos sociais excluídos, sem efeito político-criminal de prevenção da criminalidade, mas útil para reconquista autoritária do poder político do Estado.

Juarez Cirino dos Santos
advogado criminal e professor de Direito
Penal e Criminologia da UFPR

12 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mulheres e violência

As causas externas de mortes têm afetado de maneira bastante preocupante as mulheres paranaenses. Nessa classificação estão os óbitos de causas não naturais ou de causas violentas, como os acidentes de trânsito e homicídios. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) mostram que no Paraná os homens continuam morrendo mais em razão de fatores externos. Mas há um fato novo: a variação da mortalidade por causas externas em dez anos foi maior entre pessoas do sexo feminino. De 2004 a 2014, as mortes de mulheres por esses fatores aumentaram 20,22%, e de homens, 4,9%, quatro vezes menos.

De acordo com as estatísticas do SIM, entre as causas externas, os acidentes de trânsito foram as ocorrências que mais mataram mulheres em 2014 no Paraná: foram 595 vítimas. Em seguida, aparecem outros tipos de acidentes, como quedas, afogamentos, choques elétricos e incêndios, com 575 mortes. Os homicídios estão em terceiro lugar entre as mortes femininas por causas externas, com 284 óbitos, e os suicídios vêm em quarto, com 111 mortes.

Os fatores externos de mortes entre as mulheres é tema de reportagem neste domingo, na FOLHA, mostrando que eles representam hoje o terceiro principal tipo de mortalidade no Estado, ficando atrás, apenas, de doenças cardiovasculares e neoplasias.

É preciso considerar que atualmente, as mulheres estão se expondo mais aos riscos da violência do que há algumas décadas. Exemplos dessa situação são o envolvimento delas no tráfico de drogas e o crescimento da mortalidade no trânsito.

O problema é que as mortes de causas externas acabam sendo tratadas como ocorrências inesperadas. Nessa linha de pensamento, corre-se o risco de deixar de lado a prevenção e os cuidados. Os acidentes de trânsito, que tiraram a vida de tantas mulheres no ano passado, precisam ser encarados como um problema de saúde pública. Caso contrário, corremos o risco de ver essa estatística subir ainda mais.

1 2 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mortes por causas externas crescem mais entre mulheres

Óbitos violentos ou acidentais aumentaram 20,22% na população feminina no Paraná em dez anos; entre os homens, variação foi quatro vezes menor

CONTINUA

Fábio Galão
Reportagem Local

Desde a década passada, a preocupação em combater a violência contra a mulher e incrementar as ações específicas de atenção à saúde da população feminina gerou uma série de políticas nas diferentes esferas do poder público em todo o Brasil. Entretanto, dados coletados pela reportagem da FOLHA mostram que, ao menos no Paraná, essas iniciativas têm falhado. O fenômeno do crescimento das mortes violentas e/ou acidentais, as chamadas causas externas, têm afetado com mais intensidade as mulheres paranaenses.

Segundo números do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), os homens continuam morrendo mais em razão de causas externas no Paraná. Em 2014, 7.092 homens e 1.665 mulheres morreram no Paraná nessa condição. Porém, a variação da mortalidade por causas externas em dez anos foi maior entre pessoas do sexo feminino. De 2004 a 2014, as mortes de mulheres por esses fatores aumentaram 20,22%, e de homens, 4,9%, quatro vezes menos.

De acordo com as estatísticas do SIM, entre as causas externas, os acidentes de trânsito foram as ocorrências que mais mataram mulheres em 2014 no Paraná: foram 595 vítimas. Em seguida, aparecem outros tipos de acidentes, como quedas, afogamentos, choques elétricos e incêndios, com 575 mortes. Os homicídios aparecem em terceiro lugar entre as mortes

femininas por causas externas, com 284 óbitos, e os suicídios vêm em quarto, com 111 mortes. Outros fatores provocaram 100 óbitos.

Dos quatro grupos principais de causas externas, os suicídios foram os únicos que tiveram redução de 2004 para 2014, com -27,92% de mortes de mulheres paranaenses por esse fator no comparativo entre os dois anos.

Os óbitos femininos em acidentes de trânsito cresceram 6,63% e os homicídios, 13,6%. Entretanto, o maior aumento foi registrado no grupo que abrange outros tipos de acidentes, com um incremento de 61,06%. Nessa categoria, das 575 mortes de mulheres registradas no Paraná no ano passado, 439 (76,3%) foram por quedas. A maioria dessas ocorrências (399) vitimou mulheres a partir de 65 anos de idade.

A Sesa diz que os números de 2014 do SIM ainda não estão consolidados, e por isso o último ano que permite comparações é 2013. Mesmo assim, se forem considerados os dados do ano retrasado em comparação com dez anos antes, a constatação é a mesma: as mortes de mulheres por causas externas também aumentaram mais do que as de homens no Paraná no período 2003-2013. Em 2013, segundo o SIM, 1.633 pessoas do sexo feminino morreram nessas condições, 27,08% a mais do que em 2003. Entre os homens, no mesmo período, os registros de óbitos por causas externas cresceram 18,64%, chegando a 7.294 no ano retrasado.

Márcia Cecília Huçulak, superintendente de Atenção à Saúde da Sesa, diz que as causas externas hoje são o terceiro principal fator de mortalidade no Paraná, atrás apenas de doenças cardiovasculares e neoplasias, e a população feminina sente o impacto dessa realidade.

A superintendente não considera uma contradição que os homicídios de mulheres tenham aumentado no Paraná mesmo com a criação de mecanismos de enfrentamento à violência contra a população feminina nos últimos anos.

“Falando sinceramente, no Brasil nós temos a cultura de achar que a criação de uma lei resolve tudo. A legislação ajudou muito na notificação. Há dez anos, nós não tínhamos tanta notificação de violência quanto temos hoje. Era mais difícil uma mulher ir a uma delegacia para denunciar que foi agredida pelo marido. Não é que a violência não existia”, argumenta.

Ela aponta que, além das situações de violência doméstica, houve a influência do aumento dos homicídios relacionadas às drogas, que também atingiu a população feminina. Também houve efeitos do crescimento da mortalidade no trânsito. “Hoje, a mulher usa moto tanto quanto o homem, e 70% das mortes no trânsito envolvem esse tipo de veículo”, diz Márcia.

CONTINUA

12 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Quanto ao aumento das mortes por outros tipos de acidentes, a superintendente argumenta que está relacionado ao crescimento da população paranaense e da expectativa de vida – já que os óbitos por quedas são a ocorrência mais comum dentro dessa categoria.

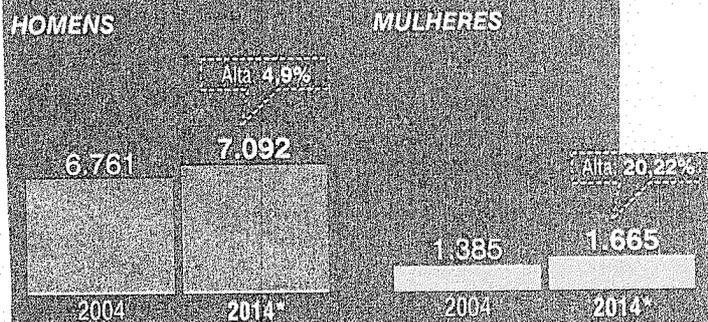
“As mulheres vivem mais do que os homens. No Paraná, a média é de sete anos a mais. E o risco de óbitos por queda é muito grande entre idosos. Para evitar esses acidentes, a família precisa tomar cuidados básicos, como tirar tapetes e providenciar calçados adequados, já que a maioria das quedas acontece dentro de casa. As mortes por esse fator entre mulheres mais do que dobraram no Paraná entre 2004 e 2013”, descreve.

“

Hoje, a mulher usa moto tanto quanto o homem, e 70% das mortes no trânsito envolvem esse tipo de veículo”

MORTALIDADE

Crescimento dos óbitos por causas externas no Paraná nos últimos dez anos



MORTES POR CAUSAS EXTERNAS MAIS COMUNS ENTRE MULHERES

	2004	2014*	Variação
Acidentes de trânsito	558	595	6,63%
Outros acidentes	357	575	61,06%
Homicídios	250	284	11,6%
Suicídios	164	111	-27,92%

* Dados preliminares
Fonte: SIM/Secsa

Folha Arte

CONTINUA

12 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mesmo com ações, violência aumenta

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, coordenador do Grupo de Estudo da Violência da Universidade Federal do Paraná (UFPR), diz que causa preocupação o aumento de mortes de mulheres paranaenses no trânsito (6,63% entre 2004 e 2014) e por agressões (13,6%).

“Os homicídios e acidentes de trânsito são considerados indicadores internacionais para medir a violência em uma sociedade. No caso dos homicídios, a situação é especialmente preocupante porque indica a passagem de um patamar para outro, em que se torna difícil recuar para o anterior”, explica.

“Se as mortes violentas estão aumentando tanto, é porque alguma forma de controle não funcionou ou deixou de funcionar. Seria necessário desagregar os dados para saber mais sobre que tipos de homicídios foram predominantes, se em situações de violência doméstica, latrocínios, mas há preocupação porque nos últimos anos houve um aumento das políticas estabelecidas de re-

pressão da violência contra a mulher e mesmo assim as mortes violentas cresceram”, diz Bodê.

A respeito do fato de os acidentes de trânsito serem o fator prevalente nas mortes de mulheres por causas externas no Paraná, o professor acredita que isso possa ser resultado do aumento da frota. Dessa forma, as mulheres estão se envolvendo mais em acidentes. “Parte dos novos veículos substituiu carros antigos, e muitos homens já possuíam veículos, enquanto mais mulheres passaram a ter carros”, argumenta.

Bodê acredita que a forma de diminuir os índices de mortes violentas entre pessoas do sexo feminino passa pelo combate à violência em geral, com educação e repressão, mas também “pelo monitoramento periódico dos dados, para sabermos melhor de que tipos de morte estamos falando”.

A promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) do

Ministério Público do Paraná (MP-PR), aponta que o grande aumento das mortes violentas de mulheres no Estado decorre de dois fatores principais. “A violência contra a mulher continua aumentando, continua sendo algo grotesco, e também está havendo mais registro”, afirma.

O MP-PR criou em junho do ano passado um cadastro de inquéritos de violência doméstica e familiar contra mulheres no Paraná. No segundo semestre de 2014 foram computados na ferramenta 6.039 inquéritos e 46 homicídios ou tentativas.

“Já é um número altíssimo. Mas nem tudo que passa pelos serviços de saúde chega à Justiça. É uma questão de cultura, por mais que haja a Lei Maria da Penha (publicada em 2006), a Lei do Femicídio (de março deste ano), a notificação obrigatória nos sistemas de saúde. Existem mecanismos, mas o combate à violência contra a mulher não é algo concluído, é um processo. Em muitos casos, ela continua sendo entendida como algo de menor importância, como se a mulher que não obedece ou que trai o marido merecesse um castigo, por exemplo”, critica.(E.G.)

*Redução dos índices passa pelo
combate à violência em geral,
com educação e repressão*

CONTINUA

No todo, 'Maria da Penha' não foi implementada

CONTINUAÇÃO

A advogada Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), questiona os dados de mortes violentas de mulheres disponibilizados pelo poder público.

“O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, órgão do Governo Federal) divulgou que nós tivemos nacionalmente uma redução de 10% nos homicídios domésticos de mulheres entre 2000 e 2011. Por esse dado, procurou-se verificar se a Lei Maria da Penha teve efetividade na redução da violência doméstica. Mas a grande dificuldade que nós temos é que não há um histórico em que possamos nos embasar. Isso favorece o poder público, porque qualquer coisa pode ser alegada, qualquer um pode dizer o que quiser”, argumenta.

“O que parece é que se tenta passar que a Lei Maria da Penha resolveu a situação por si só, mas nós temos uma lei que, no todo, não foi implementada. Basta ver que não temos ainda nenhum programa de reeducação dos agressores, e que avançamos muito pouco na segurança pública, no atendimento multidisciplinar das vítimas”, critica.

“A violência (contra a mulher) está mais evidente, mas não podemos dizer que estão acontecendo mais denúncias ou mais violência porque não te-

mos dados anteriores fidedignos. O Estado tem que responder: nós precisamos de mais informação e com ela temos que pensar em termos de segurança pública, Poder Judiciário e saúde.”

Mercedes Panassol Demore, secretária das áreas de mulheres, terceira idade e educação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, acredita que as políticas públicas precisam ser intensificadas para reduzir a mortalidade feminina por causas externas no Estado.

“Estamos caminhando para melhorar. Por exemplo, o Governo do Estado liberou recentemente uma unidade do projeto Basta, para atender homens violentos. Porque não adianta prender, ele sai no dia seguinte. Mas ainda falta muita coisa para o combate à violência contra a mulher”, critica.

A respeito da área de saúde, Mercedes destaca que a maior carência está no atendimento especializado de idosas. “O dado que recebemos no ano passado é que a rede pública de saúde do Paraná tem apenas 30 geriatras aproximadamente. Falta atendimento especializado para prevenção de doenças (que não são causas externas de mortalidade, segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) e de quedas”, afirma a conselheira. (E.G.)

“Temos que pensar em termos de segurança pública, Poder Judiciário e saúde”

CONTINUA

12 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ele destruiu minha vida, não tenho mais saúde!

No ano passado, as famílias de 595 mulheres paranaenses enfrentaram o mesmo drama que atingiu a vida da cozinheira Roseli Ferreira de Melo em novembro de 2011. No feriado da Proclamação da República, sua filha caçula, Jennifer, de 12 anos, morreu em um acidente na Rua Nicola Pellanda, no bairro Umbará, em Curitiba.

Roseli conta que a menina havia ido buscar uma pizza para o jantar. Jennifer e um amigo estavam em uma moto e foram atingidos por um carro, dirigido por um rapaz embriagado que participava de um racha. A cozinheira aponta que já teve um mau pressentimento diante da demora da menina em voltar para casa. "Foi me dando um desespero. Eu ligava no celular e ela não atendia. Depois veio a notícia", afirma. Jennifer foi arrastada por 80 metros. Chegou a ser atendida no Hospital do Trabalhador,

mas morreu.

A cozinheira aguarda que seja marcado o júri do motorista. "Sei que não vai trazer ela de volta, mas ao menos traria um alívio. Em uma audiência, ficamos sabendo que ele continuava trabalhando como caminhoneiro. Não tinham cassado a carteira dele. Ele falou que não foi ele que matou, mas tem testemunha", diz Roseli.

"Dá uma revolta muito grande. Ele está por aí, colocando outras vidas em risco. Ele destruiu a minha vida. Eu não tenho mais saúde. Eu já era doente, tinha diabetes, outros problemas, com o nervosismo não consigo fazer mais nada. Não consigo mais dormir", desabafa.

Roseli passou por atendimento psicológico. Hoje, costuma frequentar as reuniões do Instituto Paz no Trânsito, onde conversa com outras mães que perderam filhos em acidentes. "Só uma mãe entende o que a outra passa", afirma. (F.G.)

FOLHA DE LONDRINA

Paraná tem 981 adolescentes apreendidos

Maioria deles possui mais de 16 anos e vem de famílias de baixa renda

Carolina Avansini
Reportagem Local

Se a proposta que prevê a redução da maioridade penal para 16 anos no Brasil fosse aprovada hoje, em torno de 600 adolescentes da faixa etária de 16 a 18 anos seriam transferidos para o sistema penal do Paraná, que já enfrenta problemas de superlotação. Atualmente, conforme dados da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), há 981 adolescentes apreendidos em 18 casas de internação e 8 casas de semiliberdade em todo o Estado, a maioria deles com mais de 16 anos.

Outras informações estatísticas convidam à reflexão sobre a possível eficácia da redução da idade penal como forma de diminuir a criminalidade e aumentar a segurança. Conforme a Seju, a maioria dos adolescentes não cometeu crimes considerados "graves". Os atos infracionais mais frequentes são roubo (35,8%), tráfico de drogas (21%), homicídios (14,7%) e latrocínio (1,7%). Outro dado indica que a criminalidade entre adolescen-

tes tem raízes na desigualdade social: 50,25% dos apreendidos têm renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, sendo a média de 4 a 6 pessoas em cada família. Outros 29,78% declaram renda familiar de 2 a 3 salários mínimos e 8,05% possuem renda de menos de 1 salário, o que os classifica como pertencentes a famílias em situação de extrema pobreza.

Diante da realidade, profissionais que trabalham com esse público questionam os benefícios do projeto de lei atualmente em discussão na Câmara, que propõe a redução da idade penal. Destacam, ainda, que o cumprimento efetivo da legislação atual, concentrada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), poderia ser mais eficiente na prevenção da violência e criminalidade nesta faixa etária.

Com ampla experiência no atendimento de crianças e adolescentes, a procuradora de Justiça Édina Maria Silva de Paula, vice-presidente da Associação de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), de-

fende que os adolescentes estão se transformando em "bodes expiatórios" da discussão sobre segurança pública no País. "As pessoas não se incomodam com escândalos de corrupção, mas ficam chocados a cada notícia envolvendo adolescentes, como se eles fossem a causa da insegurança", critica.

Ela explicou que essa tendência de culpabilizá-los tem raízes históricas. Em 1964, um filho do então Ministro da Justiça Milton Campos foi assassinado por adolescentes. "A partir daí, adotou-se no Brasil o modelo repressivo, com a criação das Febens, que nada mais eram que cadeias para 'menores'", destaca.

Foi só a partir de 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que as pessoas com menos de 18 anos passaram a ter os mesmos direitos e garantias processuais que os adultos.

CONTINUA

12 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A procuradora destaca que, hoje, a responsabilidade penal começa com 12 anos, quando o adolescente já pode ser apreendido. A diferença é que eles não podem ficar privados de liberdade por mais de três anos e todo o atendimento, chamado de "medidas socioeducativas", deve respeitar o que diz o ECA.

"São medidas previstas há 25 anos, mas que ainda não foram totalmente implementadas pelo governo federal. As políticas públicas não trabalham a favor do adolescente, o que fica evidente na falta de educação integral, vagas em creches e outros direitos que poderiam evitar que entrassem em conflito com a lei", defende.

Édina recorre às estatísticas para criticar o projeto de lei que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos. "O Paraná tem 27,5 mil presos com mais de 18 anos e quase mil adolescentes apreendidos. Não são eles os responsáveis pela violência", afirma.

O índice de reincidência de adolescentes no sistema - de 21% - é considerado baixo pela Secretaria Estadual de Justiça, mas excessivo pela promotora, que considera a experiência de municípios como Joinville - que conseguiu reduzir a reincidência para 4% através de projetos de Justiça Restaurativa -, como um bom parâmetro. Em Londrina, a juíza Cláudia Catafesta, da Vara da Infância e Juventude, tem conseguido bons resultados com esta iniciativa.

A técnica é baseada na promoção do contato entre o praticante do ato infracional e a vítima, desde de que haja concordância. "Dessa forma os adolescentes passam a se colocar no lugar de quem foi prejudicado", diz.

A promotora lembra que o perfil dos adolescentes apreendidos denuncia que o envolvimento dos mesmos no cometimento de crimes é também uma questão social, visto que a maioria são pobres e negros. E reforça que o ECA ainda precisa ser aplicado integralmente para coibir possíveis injustiças causadas pela falta de acesso a oportunidades. "O Estatuto trouxe avanços e retrocessos, mas ainda é eficiente", defende.

Para ela, a discussão atual em torno da maioridade penal pode resultar em uma alteração no ECA determinando o aumento do prazo máximo para internação de adolescentes, o que seria uma opção melhor do que a alteração na idade mínima para ser responsabilizado como adulto. "Pode até ser pedagógico, desde que o uso não seja generalizado. As pessoas precisam entender que mesmo os adultos que cometem crimes graves não ficam presos por tempo excessivo. É um erro acreditar que o sistema penal vai corrigir a pessoa. Tem que mudar o foco da preocupação, oferecendo mais escolas e menos cadeias."

CONTINUA

“Querem reduzir a maioria enquanto o ECA sequer é cumprido”

Diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e Adolescente nem sempre são respeitadas, aponta especialista

Carolina Avansini
Reportagem Local

A assistente social Jacqueline Micali, que durante dez anos coordenou a aplicação das medidas socioeducativas em Londrina através da Epemel, foi também a responsável por implantar o serviço no município. Diante da experiência acumulada, ela discorda da antecipação da maioria penal e defende a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como a melhor maneira de prevenir a criminalidade entre a população com menos de 18 anos. “Querem reduzir a maioria enquanto o ECA sequer é cumprido”, reforça.

Ela cita o exemplo de Londrina para demonstrar que o cumprimento de uma lei na totalidade pode demorar décadas. Apesar do Estatuto ser de 1990, até 2005 todos os adolescentes em conflito com a lei condenados a

cumprir medidas de privação de liberdade eram mandados para o educandário São Francisco, em Curitiba, longe das famílias. “Eles retornavam de lá contando histórias horríveis”, recorda.

O atendimento no município através do Cense 2 – chamado na época de Educandário – começou em 2005, ano da rebelião que resultou na morte de sete adolescentes na instituição da capital, sendo quatro de Londrina e um de Cambé. “A descentralização do atendimento é uma das diretrizes do estatuto que foi aplicada com 15 anos de atraso em Londrina”, diz.

Jacqueline realizou a monografia de conclusão do curso de Serviço Social, em 1994, sobre projetos de ressocialização de adolescentes em meio aberto. Por isso, foi convidada a transformar o estudo em um projeto para instalar este modelo de atendimento em Londrina, o que só ocorreu em 2000.

“Trouxemos atendimento em grupo e a descentralização para os bairros, de acordo com as diretrizes do Estatuto. Mas foi só em 2011 que o serviço de aplicação de medidas em meio aberto foi absorvido pelo município, que até então investia apenas R\$ 10 mil mensais na instituição”, diz.

Ela lembra que a legislação determina que a privação de liberdade deve ser a última alternativa para ressocializar meninos e meninas. “As medidas em meio aberto devem ser aplicadas antes. O conceito de socioeducação não dá certo porque não respeita o ECA”, critica. Para ela, cabe ao Estado, em todas as esferas, assumir a responsabilidade de aplicar o Estatuto. “Infelizmente, no sistema atual, o adolescente só se torna visível para o Estado quando comete o delito”, critica.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O diretor do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE) da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) do Paraná, Pedro Ribeiro Giamberardino, explica que a sociedade tem uma crença errada de que o adolescente em conflito com a lei não é responsabilizado. "O sistema de socioeducação busca propiciar condições para que sejam responsabilizados e reinseridos na sociedade", diz, lembrando que as ações do Estado na área obedecem tanto ao ECA como à lei 1294, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Nas casas de internação, os internos devem estar matriculados no ensino formal e também são oferecidos cursos de qualificação profissional e Pronatec. "A taxa de reincidência é próxima de 20%. Por isso, acredito que a redução da maioria penal não vai diminuir os crimes, apenas superlotar as cadeias", critica.

Ele reforça que a responsabilização de adolescentes em conflito com a lei ocorre de forma a respeitar a garantia dos direitos humanos, mas reconhece que a aplicação da lei, apesar de ter causado grandes avanços nas políticas públicas para a área, ainda enfrenta desafios. "Existe a necessidade de amadurecer a discussão e progredir na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes", defende.

Deputado defende fim da impunidade

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou no dia 31 de março o voto em separado do deputado Marcos Rogério (PDT-RO), favorável à admissibilidade da PEC 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Foram 42 votos a favor e 17 contra.

Antes, havia sido rejeitado o relatório de Luiz Couto (PT-PB), que era contrário à proposta. Couto argumentou que a proposta fere cláusula pétrea da Constituição, o que a tornaria inconstitucional.

No parecer vencedor, Marcos Rogério afirma que a redução da maioria penal "tem como objetivo evitar que jovens cometam crimes na certeza da impunidade". Ele defendeu que a idade para a imputação penal não é imutável. "Não entendo que o preceito a ser mudado seja uma cláusula pétrea, porque esse é um direito que muda na sociedade, dentro de certos limites, e que pode ser estudado pelos deputados", disse. (Agência Câmara)

Ele afirma que a idade para a imputação penal não é imutável

13 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

NELSON ARAÚJO DE OLIVEIRA

Moralidade e corrupção

Todos nós seríamos felizes, se os homens que governam a Nação, os estados e os municípios fossem todos iluminados, inteligentes e capazes de usar o dom da sabedoria em benefício da população. Quem não gostaria de que os dirigentes religiosos fossem todos enviados por Deus e isento dos problemas seculares, ensinassem a fé, sem mácula, sem heresias e sem interesses pessoais?

Os detentores do poder deveriam dedicar-se com amor ao próximo. Deles deveriam emanar exemplos de justiça e de honestidade. Só os íntegros e competentes poderiam dirigir, pastorear e administrar as pessoas e os bens públicos. Como se fossem pilares de sustentação da sociedade, serviriam de modelo de bom senso, de justiça e de moralidade.

O homem revestido do poder deveria espelhar em sua imagem, a dignidade, a honradez e o orgulho próprio de sua competência. Planejar e por em prática sua gestão; buscar o conjunto de objetivos como galardão do seu trabalho. Por causa dessa postura, o legislador, o Executivo e os que determinam a execução das leis, seriam bem remunerados, receberiam, ainda, honras e admiração do seu povo.

Mas, para decepção de todos, contemplamos a decomposição das instituições. A corrupção, o tráfico de influência e a imoralidade afloram em todo País. Esse comportamento amofina o caráter humano e desfigura a imagem e a semelhança do seu Criador. O que se pode esperar de uma Nação que, salvo raras exceções, é governada por corruptos? Hoje a Justiça é lenta e dispersa. A corrupção continua a dizimar a população; e os religiosos, com raras exceções, ensinam heresias. Esse modo de agir, nada exemplar, egoísta e dissimulador, desequilibrou o comportamento humano.

Estamos vivendo dias de delinquência, espelhada em órgãos públicos. Onde se deveria estabelecer a jurisdição, se vê uma explosão de sacanagem; de onde deveriam emanar

exemplos de justiça, de bom senso e de honradez, surgem o roubo, a velhacaria e a corrupção. Hoje, o pior ladrão não é aquele que aponta uma arma para a cabeça de alguém para roubar. Piores que esse são os corruptos que roubam as UTIs hospitalares, impedem a construção de escolas e da pavimentação de rodovias. Esses são assassinos em potencial, geradores do analfabetismo, da miséria e do infortúnio. A crise da imoralidade é pior, muito pior, em relação à crise econômica. A falta de fé, da moral e da honradez faz sucumbir um povo assim como se sucumbiram os habitantes de Sodoma e Gomorra.

O que fazer nestes tempos em que o homem está perdendo a representatividade do seu Criador? O que fazer, se o mal, com raras exceções, está espelhado em pessoas graduadas e conhecedora da lei. O que fazer se a promiscuidade, a corrupção e o mau-caráter surgem de órgãos governamentais e religiosos? Nunca se viu nas administrações públicas, tantas falcatruas e trapaças vergonhosas, envolvendo aqueles que recebem polpudos salários.

A corrupção que começa com as pequenas coisas, como por exemplo: a sonegação do Imposto de Renda por profissionais liberais que não fornecem recibos de seus trabalhos; o suborno com agentes rodoviários, livrando-se da multa de trânsito; a dispensa da nota fiscal para obter descontos nos produtos adquiridos, etc... Isso é falta dos bons princípios na educação familiar, falta de civilidade e de respeito às leis da nação. Essas práticas, não recomendáveis e aparentemente simples, atingem grande parte da sociedade brasileira. É o comportamento corrupto generalizado que evoluiu alcançando grandes proporções, como hoje vivemos.

A cancerígena epidemia da corrupção que nos atormenta, que corrói a riqueza e a dignidade brasileira, chegou ao limite da tolerância.

Nelson Araújo de Oliveira é professor aposentado

13 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Promotores discutem ressocialização mais eficaz para jovens infratores

Promotores de Justiça e assistentes sociais defenderam na sexta-feira a aplicação de medidas socioeducativas mais eficazes no tratamento de jovens em conflito com a lei. Eles argumentaram que as instituições assistenciais do país estão em estado precário, e a legislação, como o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e a lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, incentivam a punição cada vez mais precoce desses jovens.

Para o promotor de Justiça do Rio Grande do Norte Marcus Aurélio de Freitas Barros, a inexistência de medidas mais efetivas reforça ainda mais a sensação de impunidade no país. “A falta de medidas favorece um discurso emocional na redução da maioria penal, quando, na verdade, não temos, nem nunca tivemos, no Brasil, nenhuma experiência de funcionamento efetivo de um sistema educativo nos moldes em que têm que funcionar”, destacou.

Marcus Aurélio citou, como exemplo, a falta de compromisso político nos trabalhos de reintegração social dos adolescentes, pelas casas de internação e ressocialização. Segundo ele, o problema maior na área era de carência de recursos

humanos, e na tentativa de corrigir essa lacuna houve uma instrumentalização político-partidária das instituições. “Os cargos eram nomeados por políticos, os psicólogos e assistentes sociais só permaneciam por dois anos nas instituições, porque eram cargos comissionados. Não havia atividade socioeducativa”, disse.

As opiniões também são compartilhadas pela Secretária Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social, Ieda Castro. Ela compreende os jovens até 18 anos como indivíduos que devem ser acolhidos pela família, sociedade e pelo Estado. “Nós precisamos dar todo apoio para que as crianças e adolescentes se desenvolvam de forma integral. Quando eles cometem um ato infracional é preciso que sejam dadas oportunidade a eles”, disse.

Ieda ressaltou que há um entendimento equivocado sobre causas e efeitos que tangem o universo da violência no Brasil. “Não são os adolescentes que estão tornando a sociedade um ambiente violento. Na verdade, eles também são vítimas dessa sociedade violenta. Muitos desses meninos e meninas viveram experiências de abandono e negligência por parte do Estado”, completou.

GAZETA DO POVO

ZAKI AKEL SOBRINHO

RICARDO MARCELO FONSECA

Da Praça Santos Andrade à Praça dos Três Poderes

Há quase seis anos, em 15 de setembro de 2009, escrevemos a quatro mãos um texto para a *Gazeta do Povo* ressaltando a importância de termos um personagem de ciência ocupando uma das cadeiras do Supremo Tribunal Federal. Dizíamos, então, como a nossa República demonstraria valor se, a exemplo de alguns países europeus (como a Itália, que então acabara de nomear o grande jurista Paolo Grossi para a sua Corte Constitucional), fizesse a opção na direção da valorização do peso acadêmico dentro da mais alta corte de Justiça do país. Ao dizermos isso, fazendo eco a tantas outras vozes de dentro e de fora do Paraná, subscrevíamos o nome do professor titular de Direito Civil da UFPR, Luiz Edson Fachin, para ocupar uma vaga no STF.

Passado esse tempo, vivemos no contexto atual uma situação que é parecida e ao mesmo tempo mais rica. Em vista da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, temos agora como nomes muito cotados para ocupar a vaga no STF (segundo a grande imprensa e também pelas informações dos círculos jurídicos) dois professores titulares do curso de Direito de nossa UFPR: o mesmo Luiz Edson Fachin e agora também Clèmerson Merlin Clève (titular de Direito Constitucional).

Esse fato não deve passar despercebido, por indicar tantas coisas relevantes. Primeiro, o prestígio atingido pelo curso de Direito da UFPR, motivo de orgulho para toda a nossa comunidade acadêmica e também para o povo paranaense. Após tantos anos de reconhecimento acadêmico pela alta avaliação de seus cursos de mestrado e doutorado na Capes/MEC, e depois do reconhecimento dos altos resultados da graduação em Direito (seja na sólida formação profissional que proporciona, seja na forte inserção social que enseja), agora o curso

11 ABR 2015

— já secular e um dos cursos fundadores da nossa universidade — atinge também um novo patamar simbólico para o mundo jurídico brasileiro: de fato, não há outra academia jurídica no Brasil, ao menos desta vez, que tenha dois nomes com peso real cotados para ocupar o lugar de ministro do STF.

E a circulação desses dois nomes de professores da UFPR não merece nota por razões meramente provincianas. O fato de que eles estejam no páreo — e o fato de serem, ambos, personagens autenticamente acadêmicos — é uma demonstração de valorização do saber universitário e da capacidade do conhecimento elaborado dentro dos muros acadêmicos de ter uma função protagonista no mundo (mesmo profissional) do direito. É sempre importante enfatizar o papel positivo — de verdadeiro farol — que a universidade pode desempenhar ao eventualmente iluminar, orientar e contribuir com a sociedade e suas instituições.

Mas os nomes de Fachin e Clève também indicam algo mais: em tempos institucionais e políticos tão turbulentos, a possibilidade de suas indicações é um alento àqueles que esperam que nossa corte constitucional funcione de modo não apenas sólido e sábio do ponto de vista teórico, mas também com temperança, equilíbrio e sem perder de vista sua importante missão institucional. Suas trajetórias pessoais assim o demonstram: conjugando cultivo da prudência (que evita arroubos incompatíveis com altas funções públicas) com o valor da coragem (necessária a quem desempenha grandes responsabilidades), são personalidades suprapartidárias, congregando simpatia de forças políticas distintas da sociedade, como deve ser na mais alta corte do país.

Que esse alento — que emana do Prédio Histórico da UFPR para a nossa República — dessa vez seja ouvido.

Zaki Akel Sobrinho é reitor da UFPR. Ricardo Marcelo Fonseca é diretor do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

1 1 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Família de Tayná tem acesso à investigação da morte da jovem

Rodrigo Batista

! Após quase dois anos, a família da adolescente Tayná Adriane da Silva, encontrada morta aos 15 anos em junho de 2013 em um matagal na cidade de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba, terá acesso ao inquérito do caso. Segundo o advogado da família, Luis Gustavo Janiszewski, a Justiça concedeu mandado de segurança a favor da família da jovem permitindo que, pela primeira vez depois do crime, a defesa tenha condições de analisar o inquérito.

“Até agora não sabemos como está o andamento do processo. Com a quebra do sigilo para a família o caso reacende”, diz Janiszewski. Ele ainda acredita na hipótese de que a menina foi morta pelos quatro rapazes inicialmente indiciados pelo crime e que foram soltos em julho de 2013 por falta de provas.

“Não posso falar sobre outros possíveis suspeitos. Ainda acreditamos que eles sejam os responsáveis, mas temos de analisar o processo”, comenta. Na opinião dele, há demora por parte do Ministério Público do Paraná (MP-PR) em apresentar denúncia à Justiça sobre o assassinato.

O caso

Tayná desapareceu no dia 25 de junho de 2013, após passar em frente a um circo. Dois dias depois, quatro homens foram presos suspeitos do crime. Eles teriam confessado o assassinato e ajudado a encontrar o corpo da jovem, que foi localizado em um matagal.

O caso chegou a ser finalizado pela Delegacia do Alto Maracanã, em Colombo, e encaminhado ao MP. Porém, denúncias da Casa de Custódia de Curitiba — onde os suspeitos estavam presos — e da OAB-PR evidenciaram possíveis torturas contra os acusados. Após várias reviravoltas, os quatro foram soltos, a pedido do MP, por falta de provas, e permanecem, desde julho de 2013, sob proteção do Ministério da Justiça.

Policiais civis, militares, guardas municipais de Araucária, além de outros membros da Polícia Civil e um “preso de confiança” foram acusados pelos crimes de tortura contra os primeiros suspeitos da morte da jovem. O caso, que está em um inquérito à parte e não tem relação direta com a investigação da morte da adolescente, é objeto de investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP-PR.

1 1 ABR 2015

GAZETA DO POVO

➤ MÉRITO MILITAR

PM aprovou condecoração a Abi, "assessor" de Beto Richa

Diego Ribeiro e André Gonçalves

❏ A Comissão de Mérito da Polícia Militar do Paraná aprovou há quatro anos a condecoração do empresário Luiz Abi Antoun com a maior honraria da instituição, a medalha Coronel Sarmento. A lista de agraciados está registrada no Boletim Geral da PM número 88, de 11 de maio de 2011. Abi Antoun é mencionado no documento como "assessor do governador".

Outros relacionados para receber a medalha foram o próprio Beto Richa, a primeira-dama, Fernanda Richa, o então prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, e o então presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni. A proposição dos nomes foi feita pelo comandante geral da época, coronel Marcos Scheremeta, e deliberada "por unanimidade de votos" pela Comissão de Mérito da PM. Um dos integrantes da comissão é o atual comandante-geral, coronel César Vinícius Kogut.

Não há comprovação de que Abi foi efetivamente condecorado na mesma data que Richa. Existem diversos registros na Agência Estadual de Notícias do governo do Paraná sobre a cerimônia, mas nenhuma menção a Luiz Abi, em textos ou fotos.

Primo distante de Richa, Abi é suspeito de ter participado da fraude em um contrato emergencial concedido pelo Departamento Estadual de Transportes Oficial (Deto) à oficina Providence. Apesar de nunca ter tido cargo no governo, ele sempre foi considerado influente na gestão Richa. A licitação investigada pelo Gaeco foi realizada em dezembro e vencida pela Providence Auto Center, que o Ministério Público (MP) acredita ter Abi como proprietário — o dono oficial da empresa é Ismar Ieger, mas ele não teria autonomia para gerenciar o negócio. O contrato de seis meses é de R\$ 1,5 milhão.

Abi chegou a ser preso no mês passado, na Operação Voldemort, comandada pelo MP. Desde a prisão dele, o governador vem tentando distanciar seu nome do de Abi. Segundo Richa, os dois mantêm apenas "relações sociais".

Outro lado

Em nota, a assessoria de imprensa da PM informou que a concessão a Abi foi feita "sob os critérios" do comandante-geral da época, coronel Marcos Scheremeta. "Neste caso específico, a medalha foi concedida pelo comandante-geral à época, hoje inativo, sob os critérios dele. Ressalta-se que Luiz Abi Antoun nunca ocupou um cargo no governo do estado", diz a nota.

1 1 ABR 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Edone Arlete?

Uma das grandes polêmicas criadas com o pagamento das aposentadorias para ex-governadores e de pensões para viúvas de ex-governadores no Paraná já está praticamente decidida: Arlete Richa, mãe do governador Beto Richa, aparentemente poderá continuar recebendo pensão do estado. Ela é viúva de José Richa, que governou o Paraná entre 1983 e 1987. Julgando aposentadorias do Pará, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Constituição de 1967 permitia o benefício para governadores. Resta saber se isso se estende aos cônjuges após o falecimento do titular do benefício.

Economizando

Caso o Supremo Tribunal Federal estenda para o Paraná a decisão de cortar aposentadorias de ex-governadores, o governo Richa vai fazer uma pequena economia. Cada ex-governador ganha hoje cerca de R\$ 400 mil ao ano do erário. São quatro beneficiários. Isso significa uma economia anual de R\$ 1,6 milhão. É pouco, mas para quem andou dizendo que está "contando centavos"...

COLUNA DO LEITOR

Aposentadoria de ex-governadores 1

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem que acabar com todas as aposentadorias vitalícias para ex-governadores, e, principalmente, com as cumulativas (*Gazeta*, 10/4). Se o cidadão tem que trabalhar mais de 30 anos para conseguir a aposentadoria, para eles não pode ser diferente.

Jóacir Souza dos Santos

Aposentadoria de ex-governadores 2

E a aposentadoria para viúvas de ex-governadores é legal? Se for para cortar o benefício, que cortem de todos. Outra questão é o porquê de não se calcular o pagamento com base no INSS de cada um. Nesse caso, quem quiser ter aposentadoria, precisará recolher e descontar.

Hermes Carlos Bollmann

11 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Envolvido em nova acusação de corrupção, André Vargas é preso pela PF

Ex-deputado é suspeito de usar empresas de fachada para desviar parte do valor de contratos de publicidade da Caixa e do Ministério da Saúde

A Polícia Federal (PF) prendeu nesta sexta-feira (10), em mais uma fase da Operação Lava Jato, o ex-deputado federal paranaense André Vargas (ex-PT e hoje sem partido). O ex-deputado Luiz Argôlo (ex-PP e hoje Solidariedade-BA) e mais quatro pessoas ligadas aos políticos, entre elas Leon Vargas, irmão do ex-pequista, também foram presos. Houve ainda ordem de prisão contra o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), que já estava preso em Pernambuco por condenação no mensalão. Ele será transferido para a PF em Curitiba.

As prisões fazem parte da 11.ª fase da Operação Lava Jato, que investiga o esquema de corrupção na Petrobras e que, a partir de agora, também apura desvios na Caixa

Econômica Federal e no Ministério da Saúde feitos a partir de contratos de publicidade.

Segundo a PF, 10% do valor dos contratos de publicidade mantidos com a Caixa e com o ministério pela empresa de publicidade Borghi Lowe eram desviados para empresas de fachada dos irmãos Vargas.

Batizada de "Origem", essa nova etapa da Lava Jato investiga o repasse de R\$ 2.399.511,60, em espécie, do doleiro Alberto Youssef, personagem central do esquema de corrupção na Petrobras, para Vargas, cassado em 2014. Segundo o juiz federal

Sergio Moro, que conduz todas as ações da operação, "os fatos configuram crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro".

Esquema

Segundo a força-tarefa, a Borghi Lowe Propaganda e Marketing Ltda., que administra contas publicitárias da Caixa e do Ministério da Saúde, teria contratado serviços das empresas E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filmes para a realização de serviços de publicidade. A Borghi Lowe teria orientado a

realizar pagamentos de comissões de bônus de volume nas contas das empresas Limiar e LSI controladas por André Vargas e seus irmãos.

Os investigadores suspeitam que contratos da área davam cobertura a "serviços de fachada", com o objetivo de lavar dinheiro ilícito cujo beneficiário principal seria André Vargas.

"Em vista da existência de prova de que as empresas E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filme teriam realizado depósitos em contas controladas por André Vargas, com envolvimento da empresa Borghi Lowe, justifica-se a quebra de sigilo bancário e fiscal das referidas empresas, ainda que as primeiras não tenham necessariamente se envolvido de forma intencional nos crimes", decidiu o juiz Sergio Moro.

"Embora seja necessário aprofundar as investigações quanto ao tópico, há prova de que Alberto Youssef providenciou, em dezembro de 2013, o repasse de R\$ 2.399.511,60 em espécie a André Vargas, numerário este proveniente de empresa que mantém vários contratos com entidades públicas, o que foi feito mediante emissão de notas fiscais fraudulentas por serviços que não foram prestados", afirmou o magistrado na decisão favorável à prisão de Vargas.

CONTINUA

11 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TRAJETÓRIA

Ex-petista deixou de ser "Eduardo Cunha" em apenas um ano

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Há um ano, o londrinense André Vargas era o primeiro vice-presidente da Câmara, contundente figura do PT em Brasília, pré-candidato ao Senado. Nesta sexta-feira (10), ele foi preso na Operação Lava Jato. A reviravolta na trajetória começou quando a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem com base nas investigações da Polícia Federal que mostram que Vargas usou um avião arranjado pelo doleiro Alberto Yousseff para viajar de férias com a família. Na sequência, mais matérias mostram a relação entre os dois, principalmente em contratos do laboratório Labogen, de Yousseff, com o governo federal. Nos bastidores do Congresso, comenta-se que Vargas era, na pior das hipóteses, cotadíssimo para se reeleger deputado e concorrer à Presidência da Câmara, em fevereiro de 2015. E que seria franco favorito, inclusive pelo apoio maciço do baixo clero e de setores do PMDB. Se as previsões se consummassem, ele tinha grandes chances de ter evitado a ascensão de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aquele que tanto dá dor de cabeça para a presidente Dilma Rousseff.

CASA SUSPEITA

André Vargas está sob suspeita de lavagem de dinheiro na compra da própria casa em Londrina. O imóvel foi sequestrado por ordem do juiz federal Sergio Moro. Vargas declarou a compra do imóvel por R\$ 500 mil, segundo consta na escritura. Mas o vendedor, em sua declaração de rendimentos, declarou o negócio por R\$ 980 mil, "preço integralmente recebido em 2011".

11 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Ministério da Saúde e Caixa repassaram R\$ 153 milhões a empresas investigadas

Levantamento no Portal da Transparência do governo mostrou que IT7 Sistemas recebeu R\$ 50 milhões. Outros R\$ 103 milhões foram para a Broghi Lowe

▮ Duas empresas investigadas na 11.ª fase da Operação Lava Jato, batizada de "A Origem", receberam do governo federal ao menos R\$ 153 milhões desde 2011, de acordo com dados disponíveis na decisão de prisão decretada pela Justiça e no Portal da Transparência. Desse total, R\$ 50 milhões foram repassados pela Caixa Econômica Federal à IT7 Sistemas, do segmento de tecnologia da informação, e os outros R\$ 103 milhões foram pagos pelo Ministério da Saúde à agência de publicidade Broghi Lowe.

Os R\$ 50 milhões repassados pela Caixa à IT7 Sistemas constam em despacho do juiz Sergio Moro, da 13.ª Vara Federal Criminal em Curitiba, responsável pela condução da Lava Jato na primeira instância. Já o valor pago pelo Ministério da Saúde à agência de publicidade é referente à pesquisa feita no Portal da Transparência. Esse montante foi repassado pela pasta à Broghi Lowe desde 2011 e é referente a campanhas de publicidade

do Mais Médicos, uma das principais bandeiras do governo Dilma, e de campanhas de prevenção de doenças. Como a Caixa é uma empresa pública, seus contratos não estão disponíveis no Portal da Transparência e, embora a reportagem tenha solicitado os dados à instituição, as informações não foram repassadas até o momento.

A Polícia Federal e o Ministério Público suspeitam que contratos firmados por essas duas empresas com órgãos públicos tenham sido usados para desviar recursos públicos para o ex-deputado federal paranaense André Vargas (sem partido). Até agora, a força-tarefa citou contratos de publicidade envolvendo o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal, em que a fatia desviada era da ordem de 10% para cada contrato.

Além da prisão de Vargas, as investigações feitas até agora levaram à prisão dos ex-deputados federais Luiz Argôlo (SD-BA) e Pedro Corrêa (PP-PE)

Segundo Sergio Moro, porém, além do acordo com a Caixa, a IT7 mantém contratos com diversas entidades públicas. A PF e o MP ainda investigam se os acordos estão ligados ao esquema de desvio de recursos públicos.

Outro lado

A Caixa afirmou que deu início a apuração interna logo após ter sido citada pela PF. Já o Ministério da Saúde, além de sindicância, decidiu suspender os pagamentos à agência Broghi Lowe.

CONTINUA

JOSÉ DIRCEU

O Ministério Público Federal investiga a relação entre pagamentos feitos pela Galvão Engenharia à consultoria do ex-ministro José Dirceu e a contratação da empreiteira para prestar serviços à Petrobras em uma obra de R\$ 568 milhões na Refinaria de Paulínia-SP (Replan), em 2009. A empresa é investigada pela Operação Lava Jato. A Galvão Engenharia e a JD Assessoria e Consultoria Ltda., pertencente a Dirceu, assinaram um contrato de R\$ 300 mil em 25 de junho de 2009. Tanto a empresa quanto o ex-ministro negam qualquer irregularidade.

1 1 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NOVOS PRESOS

Veja a relação dos ex-deputados com o escândalo de corrupção na Petrobras:

PEDRO CORRÊA (PP-PE), ex-deputado

Fazia parte do núcleo político do PP. Foi acusado por Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras, de receber de uma só vez **R\$ 5,3 milhões do esquema de corrupção na estatal**. Segundo a PF, Corrêa ainda pediu dinheiro a Alberto Youssef por e-mail, visitou ao menos 23 vezes os escritórios do doleiro e tinha movimentação financeira incompatível com seus rendimentos. Ele também foi condenado no escândalo do mensalão.



LUIZ ARGÔLO (SD-BA), ex-deputado

Jayme Oliveira Filho, policial federal e **espécie de faz-tudo de Alberto Youssef**, disse que a mando do doleiro entregou R\$ 10 mil a Argôlo. De acordo com a PF, o ex-parlamentar usou a própria mãe como laranja e o pai para receber dinheiro de Alberto Youssef oriundo de propinas de empreiteiras em obras na Petrobras. Ele "efetivamente vendeu seu mandato parlamentar" ao doleiro, diz a investigação.



ANDRÉ VARGAS (sem partido-PR), ex-deputado

O ex-parlamentar admitiu ter voado em um jatinho pago por Alberto Youssef. Mensagens gravadas pela Polícia Federal revelam que o doleiro buscava de Vargas uma ponte no Ministério da Saúde. Youssef queria que a pasta contratasse serviços do Labogen (um pequeno laboratório farmacêutico localizado no interior de São Paulo). Para a PF, o doleiro utilizou o laboratório para enviar **US\$ 37 milhões para o exterior**. É acusado também de ter recebido propina da agência de publicidade Borghi/Lowe, para garantir vantagens à empresa em contratos com órgãos públicos, entre eles Ministério da Saúde e Caixa Econômica Federal.



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

11 ABR 2015

GAZETA DO POVO

FRANCISCO BORBA

Que fazer com estes jovens?

A redução da idade da maioridade penal me lembra, em certos aspectos, a Lei Seca, que reduziu o máximo de álcool permitido no sangue dos motoristas de 0,06 g/dl para 0,02 g/dl.

Todos os estudos que li mostram que, após essa lei entrar em vigor, a taxa de acidentes de trânsito por habitante diminuiu significativamente. Contudo, houve uma grande campanha de conscientização da população e de aumento da fiscalização na época, e nenhum estudo que li mostrou que a diminuição dos acidentes ocorreu pela redução da concentração de álcool permitida e não pela conscientização da população e pelo aumento da fiscalização.

Vivemos numa sociedade que se ilude com a ideia de que o rigor da lei inibe a infração. Mas são a eficiência na aplicação da lei, reduzindo a impunidade; a conscientização da população; e as condições objetivas de segurança que inibem as infrações e os crimes. Porém, criar novas leis ou aumentar o rigor das punições no papel é mais fácil...

Hoje em dia crianças já têm fantasias eróticas na idade em que antes se brincava de casinha ou de mocinho e bandido, mas adultos com mais de 30 anos ainda se sentem inseguros quanto a assumir relacionamentos estáveis. Não é um mundo onde alguém se torna ou deixa de tornar-se adulto entre 16 e 18 anos.

O problema não é a maioridade penal, mas o que deve ser feito com todos esses jovens — em sua esmagadora maioria pobres e “não brancos”, autores e principais vítimas da violência na sociedade brasileira.

O que se fará com esses criminosos recém-descobertos como adultos? Serão enviados para prisões superlotadas, dominadas internamente por facções criminosas? Aprovaremos depois a pena de morte, não por exigência de justiça, mas apenas para liberar espaço nos presídios?

A redução da maioridade penal serve muito mais para tentar aplacar nossa dor e nossa indignação diante de atrocidades cometidas por jovens entre 16 e 18 anos do que como medida efetiva para aumentar a segurança da sociedade.

Muito deve ser feito para reduzir a violência na sociedade brasileira — e a maior parte das medidas precisará ter impacto direto sobre a criminalidade juvenil. A redução da maioridade penal, contudo, não é o ponto focal do problema.

Aliás, não deixa de haver algo de enganoso no fato de a sociedade e os políticos estarem discutindo isso em vez de estarem exigindo uma polícia melhor preparada, capaz de dar mais segurança para a população, ou mais investimentos e apoios a projetos sociais que possam mudar as expectativas de futuro para esses jovens de 16 a 18 anos.

12 ABR 2015

GAZETA DO POVO

» DÍVIDAS JUDICIAIS

Municípios podem entrar em colapso sem solução para precatórios

Frente Nacional de Prefeitos alega não ter como cidades zerarem dívidas até 2020

▮ A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) faz um alerta de que muitos municípios do país podem entrar em colapso financeiro se não for dada uma rápida solução para a questão dos pagamentos dos precatórios — dívidas judiciais já reconhecidas pela Justiça.

No mês passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o prazo para a quitação dos precatórios é de cinco anos, a contar a partir de janeiro de 2016. Em março de 2013, o STF já havia declarado inconstitucional a emenda 62/2009, que definia a quitação desses débitos em até 15 anos.

Adiminuição do prazo para pagamento afeta a saúde financeira dos entes da federação. Uma das vice-presidentes da FNP, a prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB) estima que o comprometimento mensal passará de 1,5% para 4,9% da receita líquida do município que administra, o Guarujá (SP).

Segundo ela, a questão atinge também municípios de grande porte, como São Paulo. Em entrevista recente, o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad (PT), disse que é impossível pagar todos os precatórios até 2020. Ele destacou que o gasto com a dívida subiria de 3% para 10% da receita líquida.

Maria Antonieta destaca que, se não for encontrada uma solução, investimentos prioritários em saúde, educação e infraestrutura, ou até mesmo a folha de pagamento poderão ficar comprometidos.

A prefeita do Guarujá disse que a FNP e outros gestores estaduais buscam uma nova engenharia financeira que permita aos entes federativos quitar débitos sem comprometer as suas finanças. Ela disse que já conversou com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sobre uma nova proposta de Emenda à Constituição para resolver o imbróglio. A prefeita do interior paulista disse que a Advocacia-Geral da União já vem dando apoio à causa e espera que uma solução para a questão seja encontrada em breve.

Outra proposta em estudo é um mecanismo de financiamento para o pagamento desses precatórios, junto ao Banco do Brasil e à Caixa. “Essa é uma situação que independe de partido ou tamanho do município. Se algo não for feito, muitos gestores poderão infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal simplesmente porque não há como fazer esses pagamentos pelas regras atuais.”

12 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Universidades de São Paulo na mira da Justiça

SÃO PAULO

Paulo Saldaña

O Estado de S. Paulo

O avanço de um mundo paralelo, que confunde as esferas pública e privada, tem colocado as três universidades estaduais de São Paulo — USP, Unesp e Unicamp — na mira de tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. Intermediação de convênios federais com terceirização de serviços, aluguel de espaço público, gestão de verbas da universidade e cobrança de taxas de administração são algumas das irregularidades na atuação de fundações privadas ligadas às universidades. A cobrança por cursos segue ganhando espaço.

Uma das principais fundações de apoio à USP, a Fusp, foi questionada pela Controladoria Geral da União (CGU) em dezembro. Ela é titular de um convênio com o Ministério da Cultura para projeto de incubadora ligada à pró-reitoria de Cultura e Extensão, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Além de intermediar o serviço, o que é ilegal, a FUSP subcontratava uma ONG, chamada Capina, para o projeto de economia criativa. Também cobrava no plano de trabalho aluguel de R\$ 79 mil de um espaço público da universidade. Depois que a CGU reprovou o convênio, de R\$ 502 mil, a União congelou o repasse. A USP pretende retomar a proposta, por que a “interrupção tem acarretado desmobilização da equipe e dos empreendimentos”.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atribuições de uma fundação privada, a Funcamp, se misturam com as da própria instituição, assim como a gestão dos recursos. Ela gerencia almoxarifados, reforma e gere hospitais (há um convênio no valor de R\$ 711 mil com o Hospital das Clínicas) e cobra taxa de administração de 6%. São atividades não permitidas e distantes da finalidade da fundação. A Funcamp também recebeu recursos originários da universidade, como taxas de inscrição em vestibulares, de formaturas, comercialização de livros, publicações de periódicos, venda de camundongos, softwares, mudas, plantas e realização de eventos.

AULAS PAGAS

Pelo menos duas ações civis públicas correm na Justiça de São Paulo contra a cobrança de cursos na USP e na Universidade Estadual Paulista (Unesp). No dia 9 de março, o desembargador Ferreira Rodrigues acatou os argumentos do recurso pedido pelo Ministério Público Estadual (MPE) no caso da USP, mas remeteu a decisão para análise do pleno do Tribunal de Justiça. A ação foi iniciada em 2005.

12 ABR 2015

GAZETA DO POVO

GASPARI

O software vencido das empreiteiras

As bancas de defesa dos empreiteiros capturados pela Lava-Jato continuam tentando usar nesse processo o software usado com êxito na Operação Castelo de Areia. Algo como tentar rodar um programa AppleWorks no sistema OS 10 do Macintosh. Em 2009, a Polícia Federal chegou a um ninho de roubalheiras provadas e documentadas. Seu trabalho foi desossado pelos advogados dos maganos a partir de objeções processuais, e há pouco o Supremo Tribunal Federal sepultou-o. O último sonho da turma que está presa em Curitiba foi o de obter do STF a anulação dos depoimentos de Alberto Youssef em sua colaboração com a Viúva. Morreu numa decisão do ministro Dias Toffoli. Amparada num parecer do ex-ministro do STJ Gilson Dipp, a defesa argumentava que Youssef não merecia crédito porque já fechara dois acordos de colaboração e mentira em ambos. Se esse raciocínio prevalecesse, quebraria uma perna da Lava-Jato.

Dipp entende do assunto, mas a ideia de que velhas mentiras devam impedir um novo acordo é meio girafa.

NOTA POLÍTICA

Sobre



Lutz Edson Fachin

O professor da UFPR é tido como um dos prováveis indicados à vaga de Joaquim Barbosa no STF.

O mafioso Tommaso Buscetta, preso no Brasil em 1972, foi extraditado para a Itália, fez um acordo com o juiz Giovanni Falcone (florido orquidário de Sérgio Moro) e expôs boa parte das ações da máfia. Ajudou bastante, mas também mentiu e recusou-se a falar de políticos.

Em 1992, a máfia dinamitou o carro do juiz Falcone, matando-o. Buscetta começou uma nova rodada de colaboração e, nela, entregou as conexões da máfia com políticos, inclusive o ex-primeiro-ministro Giulio Andreotti. Graças a essa nova fase, detonou o coração da máfia com o poder.

Pela doutrina de Dipp, as provas apresentadas por ele depois da morte de Falcone seriam "imprestáveis", pois as omitira na primeira colaboração.

ENTRELINHAS

Majoridade penal

A Proposta de Emenda à Constituição 171/1993, que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, recebeu o repúdio da Rede Marista de Solidariedade. Ligada ao grupo Marista, a rede trabalha com a defesa dos direitos das crianças e o apoio a jovens em situação de vulnerabilidade social. A rede se manifestou depois que o projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no último dia 31 de março. "Acreditamos nas medidas socioeducativas como a melhor proposta de responsabilização e reinserção do adolescente autor de ato infracional brasileiro", explica a articuladora da rede, Jime-na Djauara Grignani. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê medidas socioeducativas para jovens a partir de 12 anos.

GAZETA DO POVO

A maioria penal e as cláusulas pétreas

13 ABR 2015

Talvez seja melhor que, neste caso, o STF seja chamado a dar a palavra final

Defensores da redução da maioria penal conseguiram uma vitória inicial na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados no fim de março. A CCJ votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que reduz para 16 anos a idade mínima para o autor de um crime responder plenamente pelos atos cometidos. Isso não significa que haverá mudança na maioria penal: trata-se apenas de um sinal verde para que o tema seja debatido no âmbito do parlamento.

Se não vivêssemos o caos no sistema prisional e se a impunidade não fosse a regra em nosso país, a redução da maioria penal para 16 anos seria adequada, em consonância com a constatação de que, na sociedade contemporânea, a maturidade dos jovens vem ocorrendo cada vez mais cedo. Uma sinalização legal seria inclusive um reforço na construção do caráter de jovens conscientes de que suas ações têm consequências. Mas, hoje, nosso aparato policial desvenda apenas uma fração ínfima dos crimes cometidos, e o padrão de nossas cadeias é o de “depósitos de presos”, quando o ideal seria que um jovem eventualmente punido com prisão pudesse cumprir sua pena com outros de sua idade. Estamos muito longe das condições que tornariam eficaz uma redução da maioria penal.

O debate na CCJ, porém, não foi tanto sobre a maioria penal em si (embora diversos membros também tenham tratado do assunto na sessão do dia 31), mas sobre a constitucionalidade da PEC: o patamar de 18 anos, determinado pelo artigo 228 da Constituição, é ou não uma cláusula pétreia, imutável? Aqui, em vez de argumentos envolvendo educação, política carcerária e até neurociência, presentes no debate sobre a idade mais adequada para estabelecer a maioria penal, é preciso debruçar-se sobre a letra da Constituição, compreender a intenção do legislador e apoiar-se naqueles que a comentam. Nosso ponto de partida é o parágrafo 4.º do artigo 60 da Constituição, que trata das emendas à Carta Magna. Segundo o texto legal, “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (...) IV — os direitos e garantias individuais”. A pergunta que se coloca é: a maioria penal aos 18 anos se encaixaria no conceito de “direitos e garantias individuais”?

Há bons argumentos de ambos os lados. Muitos juristas veem no estabelecimento da maioria penal aos 18 anos um direito do adolescente a não ser tratado como adulto caso cometa um crime, direito este que só não estaria no Título II da Constituição (que vai dos artigos 5.º a 17 e trata dos “direitos e garantias fundamentais”) por estar inserido em um capítulo específico que trata da proteção especial à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso. Assim, a fixação dos 18 anos como patamar para a maioria penal seria, sim, cláusula pétreia, mesmo sem constar do trecho da Constituição que trata explicitamente dos “direitos e garantias fundamentais”.

Por outro lado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello disse, no dia seguinte à votação na CCJ, que eventual mudança não é inconstitucional, e fez um paralelo com a aposentadoria compulsória no serviço público. Por esse raciocínio, ao se estender demais o conceito de “direitos e garantias individuais”, a Carta Magna ficaria engessada. Quem defende a constitucionalidade da mudança na maioria penal entende que o estabelecimento da idade de 18 anos se afigura mais como ferramenta de política criminal que como a definição de um direito irrevogável do adolescente criminoso.

Parece-nos óbvio que os “direitos e garantias fundamentais” certamente não ficam restritos ao Título II da Constituição; quanto a isso, os juristas parecem estar em consenso. A dúvida vem quando se analisam os demais artigos da Carta Magna que estabelecem direitos — e são muitos. Não nos parece que o ânimo do legislador de 1988 tenha sido o de criar uma Constituição engessada e imutável, mas cada caso precisa ser analisado individualmente. O caráter da maioria penal como cláusula pétreia é tão difícil de definir que, embora a CCJ da Câmara tenha considerado constitucional a PEC 171, a CCJ do Senado vetou, no ano passado, uma PEC muito semelhante justamente por considerar a mudança inconstitucional. Talvez seja melhor que, neste caso, o STF, como guardião e intérprete da Constituição, seja chamado a dar a palavra final — e, se isso ocorrer, sua decisão terá uma enorme repercussão, abrindo caminhos para que possamos entender o real alcance das cláusulas pétreas em nossa legislação.

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

A importância dos jornais

Martin Sorrell, fundador e presidente da WPP, maior empresa de publicidade do mundo, afirmou recentemente que a corrida das agências de publicidade para o meio digital pode ter sido exagerada. Em evento da Broadcasting Press Guild, em Londres, Sorrell frisou que as mensagens de anunciantes veiculadas em jornais e revistas podem ter índice de retenção maior em relação aos apresentados somente em meios digitais.

Segundo o jornal londrino *The Times*, os comentários do executivo marcam uma mudança de visão em relação à mídia tradicional. No passado, Sorrell havia declarado que seus clientes gastavam uma parte muito grande do orçamento em mídia impressa, considerando que muitos dos leitores estavam migrando para os meios digitais. Agora, no entanto, ele salienta que o uso dos veículos de comunicação tradicionais é muito importante, pois a relação do leitor com os conteúdos é diferente. “Há uma discussão neste momento sobre a eficiência dos jornais e revistas e como ambos, mesmo em seu formato tradicional, talvez sejam mais eficientes do que se tem considerado ultimamente”, concluiu o executivo.

A autocrítica do fundador da WPP repercutiu no mercado brasileiro. Nizan Guanaes, experiente publicitário, publicou anúncio de página inteira em jornal sobre a necessidade de os líderes trabalharem duro e inovarem para a superação da crise econômica no país. Sobre a decisão de publicar sua opinião na forma de anúncio, Nizan afirmou: “Anúncio em jornal porque jornal funciona”. Vale o registro.

Jornais e revistas são muito eficazes. O mercado anunciante e a sociedade não podem ficar reféns de certas tendências que ameaçam não apenas um modelo tradicional de comunicação, mas a própria democracia. Alguém consegue imaginar o que seria do Brasil sem a presença de um jornalismo independente? A agenda da luta contra a corrupção não é fruto do acaso. As redes sociais, com

grande eficácia, repercutem pautas, denúncias e reportagens que nasceram nas redações dos jornais e revistas. Os jornais têm um papel insubstituível na saga brasileira. A preservação do jornalismo não depende só do empenho das empresas de comunicação. Depende de todos nós: dos leitores, dos anunciantes, da indústria, do mercado financeiro, do agronegócio, de todos os que de fato acreditam no Brasil.

Nós, jornalistas, precisamos fazer nossa autocrítica. É preciso escrever para os leitores e não para os colegas. Algumas matérias parecem produzidas numa bolha. Falam para si mesmos e para um universo cada vez mais reduzido, pernóstico e rarefeito. O jornal precisa ter a sábia humildade de moldar o seu conceito de informação, ajustando-o às autênticas necessidades do público a que se dirige. Falta humildade, sem dúvida. Mas falta, sobretudo, qualidade. O nosso problema, ao menos no Brasil, não é de falta de mercado, mas de incapacidade de conquistar uma multidão de novos leitores. Ninguém resiste à matéria inteligente e criativa.

A revalorização da reportagem e o revigoramento do jornalismo analítico devem estar entre as prioridades estratégicas. É preciso seduzir o leitor com matérias que rompam com a monotonia do jornalismo declaratório. A ótica jornalística é, e deve ser, fiscalizadora. Mas é preciso reservar espaço para a boa notícia. Ela também existe. E vende jornal. O leitor que aplaude a denúncia verdadeira é o mesmo que se irrita com o catastrofismo que domina muitas de nossas pautas.

Precisamos, enfim, combater a síndrome ideológica que ainda persiste em alguns guetos anacrônicos. Seu exemplo mais acabado é a patologia dos rótulos. Insiste-se, teimosamente, em reduzir a vida à pobreza de quatro qualificativos: direita, esquerda, conservador, progressista. A boa reportagem é sempre substantiva. O adjetivo é o adorno da desinformação. O leitor quer informação clara, corajosa, bem apurada. Não devemos sucumbir à tentação do protagonismo. Não somos construtores de verdades. Nosso ofício, humilde e grandioso, é o de iluminar a história.

Os jornais têm futuro. E o Brasil precisa deles.

Richa nega influência de Luiz Abi no governo

O governador Beto Richa (PSDB, foto) negou que Luiz Abi Antoun, que chegou a ser preso, fosse seu assessor e descartou qualquer tipo de influência do parente investigado no governo do estado. Abi é suspeito de manipular licitação do governo. "Não tem influência, não tem cargo. As investigações estão acontecendo. Sou a favor de que seja apurada qualquer denúncia que tenha fundamento", disse Richa no sábado (11), em Londrina.

A proximidade de Richa com o auditor da Receita Estadual em Londrina Márcio Albuquerque de Lima também foi negada pelo governador. Lima, que está foragido, correu na mesma equipe de Richa na prova automobilística 500 Milhas de Londrina do ano passado. O governador disse que já correu em mais de 15 carros ao longo de 18 anos, participando das 500 milhas com cerca de 100 pilotos. "Vocês conhecem as 500 milhas, são mais de 30 equipes, três pilotos por carro. Essa ilação de que era meu parceiro em todas as corridas não é verdade. É bom esclarecer. E quando foi para a Receita não tinha indícios. Agora mesmo está sendo investigado.



Não podemos fazer um pré-julgamento antes do desfecho desta investigação. E eu, mais do que ninguém, quero que tudo seja investigado, devidamente esclarecido o mais rápido possível. Se ficar comprovado, deve ser punido exemplarmente."

AGENDA

Propostas de emenda constitucionais (PEC) também constam na pauta da semana na Câmara Federal. Uma delas prevê que a aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores passe de 70 para 75 anos.

Paranaprevidência

Em relação à polêmica com o funcionalismo sobre as mudanças na Paranaprevidência, o governador afirmou que com mais tempo, conversando com "transparência e espírito democrático", com as partes interessadas, conseguiu um consenso. "[A proposta] busca o equilíbrio do Fundo Previdenciário e também do Fundo Financeiro. Não dá para sobrecarregar um fundo e aliviar outro. Até porque quem paga a conta são os contribuintes", disse.

Fachin

Em Curitiba, no ato anti-Dilma deste domingo (12), sobrou até para o jurista paranaense Luís Edson Fachin, um dos cotadós para assumir a cadeira deixada por Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. "Não é só porque é paranaense que nós vamos defender sua indicação. Nós não queremos mais um petista na Corte do STF", discursou um dos organizadores, de cima do caminhão de som, estacionado na Boca Maldita. Pelo menos cinco grupos estavam à frente da manifestação na capital: "Movimento Brasil Livre", "Vem pra rua", "Direita Curitiba", "Meu Paraná não é vermelho" e "Curitiba contra a corrupção".

13 ABR 2015

GAZETA DO POVO

LUTO

Jurista Paulo Brossard morre aos 90 anos no Rio Grande do Sul

O ministro aposentado e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard morreu na manhã deste domingo (12) em casa, em Porto Alegre. Aos 90 anos, o ex-senador e deputado gaúcho enfrentava problemas de saúde que se agravaram em fevereiro. Em outubro de 2014, Brossard sofreu uma queda, o que o fragilizou. O velório ocorreu no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e contou com algumas presenças políticas, como o ex-senador gaúcho Pedro Simon.

A presidente Dilma Rousseff divulgou nota lamentando a morte do jurista: "É com tristeza que recebo a notícia da morte do jurista Paulo Bros-



Paulo Brossard foi senador, deputado e presidente do STF.

sard, homem de fortes convicções democráticas, que se tornou uma referência política na luta contra a ditadura. O país perde um grande brasileiro". O governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, decretou três dias de luto no estado.

Brossard nasceu em 23 de outubro de 1924, em Bagé (RS). Em 1947, se formou em Direito, em Porto Alegre. Em 1954, foi eleito deputado estadual pelo Partido Libertador e, desde então, atuou ativamente na política brasileira.

13 ABR 2015

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Adolescente consegue que SUS pague por cirurgia nos EUA

Depois de meses batalha judicial, a Justiça determinou na última sexta-feira (10) que o Ministério da Saúde pague todas as despesas para que o adolescente Antônio Gleiber Cassiano Júnior, conhecido como Juninho, faça uma cirurgia de alta complexidade nos Estados Unidos. Depois de ter 95% do intestino retirado em uma cirurgia de emergência, em agosto de 2014, o jovem mineiro de 15 anos havia conquistado na Justiça o direito de fazer um transplante – que ainda está em fase experimental – em um hospital de Miami, nos Estados Unidos. No entanto, em fevereiro, a decisão havia sido suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, sob a alegação de que as possibilidades de tratamento ainda não foram esgotadas no Brasil, mas a decisão foi revertida e a cirurgia, avaliada em aproximadamente R\$ 3 milhões, será custeada pelo governo. "Nunca deixamos de ter esperança. A notícia foi uma alegria muito grande. Esperamos que a justiça cumpra sua decisão e que o Juninho possa voltar para casa", diz Alessandra Marques Ribeiro, mãe do menino internado em Curitiba.

11 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO Não andar para trás

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o Decreto-Lei 972 de 1969 que exigia a obrigatoriedade do certificado de conclusão de uma faculdade de comunicação social para exercer a atividade de jornalista. Na ocasião, o STF reconheceu que a liberdade de expressão e comunicação garantida pela Constituição está vinculada ao exercício da atividade jornalística sem quaisquer formas de controle, restrição ou condição imposta pelo Estado. A decisão unia-se à mesma linha de raciocínio da Suprema Corte americana, adotada num famoso caso na década de 1970: ficou reconhecido que o maior bem a ser tutelado não é o direito do jornalista de informar, mas sim o da sociedade de ser informada.

Tal realidade é ainda mais evidente nos dias de hoje, quando se constata a relevância pública da internet, ao proporcionar uma multiplicidade de fontes sobre um mesmo assunto, sem qualquer restrição ou regulamentação. A garantia de que a informação não sofrerá restrições é um enorme bem para uma sociedade livre e democrática. Não é, portanto, mera coincidência que o inconstitucional Decreto-Lei 972 tenha sido promulgado em 1969, durante o regime autoritário, sem grandes simpatias pela liberdade de imprensa.

No entanto, alguns insistem em andar para trás. Insatisfei-

tos com a decisão do STF, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e alguns sindicatos tentam, desde 2009, que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para voltar a tornar obrigatório o diploma para o exercício da profissão de jornalista. Recorde-se que a Fenaj propôs, anos atrás, a criação de um Conselho Federal de Jornalismo para “fiscalizar” a profissão.

Após ter sido aprovada em dois turnos pelo Senado Federal, a PEC foi encaminhada à Câmara dos Deputados – e lá estava, sem grandes avanços. No entanto, o sempre ativo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mostrou-se disposto a dar andamento à proposta. Recentemente, ele declarou a intenção de pôr a PEC em votação pelo plenário da Câmara como forma de homenagear o dia do jornalista, 7 de abril.

É ilusão pensar que se presta uma homenagem aos jornalistas votando a favor da obrigatoriedade do diploma. Por ingenuidade ou ignorância, os deputados estariam prestando um desserviço ao País. Não se garantem o reconhecimento e a valorização da profissão de jornalista com restrições de natureza corporativa, numa tentativa de restringir o acesso a esse mercado de trabalho. O jornalismo e os seus profissionais não precisam de muletas para serem reconhecidos. Precisam apenas de um ambiente livre, que possibilite fazer flo-

rescer o melhor dessa atividade profissional. Apenas num ambiente de liberdade, sem qualquer tipo de restrição corporativa, a atividade jornalística tem o reconhecimento que merece, já que é apenas num ambiente assim que tal atividade adquire a sua máxima relevância pública.

Defender a obrigatoriedade do diploma demonstra também uma visão estreita, de curto prazo. A chamada “reserva de mercado” cria uma zona de conforto para as faculdades de comunicação, como se a sua principal atribuição fosse fornecer um diploma aos seus alunos. Ao contrário, um ambiente profissional livre, isento de restrições corporativas, exige que as faculdades proporcionem ao alunado um ensino acadêmico consistente, em sintonia com a comunicação contemporânea. Uma sólida formação universitária é a melhor garantia de empregabilidade das pessoas formadas nos cursos de comunicação social. A pretensão de assegurar vagas de trabalho por imposição legal é um contrassenso, que prejudica a sociedade e desvaloriza os próprios jornalistas, como se o decisivo na profissão fosse ter um título, e não a competência profissional.

Além de ser um tremendo anacronismo, ressuscitar nos dias de hoje a obrigatoriedade do diploma de jornalista é fazer vista grossa para o bem público que fundamentou a anterior decisão do STF: a liberdade de expressão.

O ESTADO DE S. PAULO

Moro aponta omissão de Ministério da Saúde

Em despacho, juiz diz que pasta deixou de informar fatos sobre aprovação de parceria com laboratório pertencente a Youssef

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato em Curitiba, apontou omissão do Ministério da Saúde em resposta a questionamentos sobre uma suposta reunião entre o ex-titular da pasta Alexandre Padilha – candidato derrotado do PT ao governo do Estado em São Paulo, em 2014 – e o ex-deputado André Vargas (sem partido-PR) para tratar da contratação da empresa Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia, que havia sido comprada pelo doleiro Alberto Youssef, em parceria para produção de medicamentos.

A omissão do dado em nota técnica enviada no dia 26 de março de 2014 pelo ministério à Justiça Federal, após a deflagração da Operação Lava Jato, foi considerada suspeita por Moro, conforme escreveu o juiz na ordem de prisão de Vargas, executada na sexta-feira.

“Agentes do Ministério da Saúde faltaram, aparentemente, com a verdade para com este Juízo ao não revelarem todos os fatos envolvidos na aprovação da parceria”, registrou Moro. Além de Vargas, foram presos os ex-deputados Luiz Argôlo (SD-BA) e Pedro Corrêa (PP-PE), ambos por relações com o doleiro, e mais quatro pessoas. Esta fase da operação foi batizada de A Origem.

“Apesar da extensão da nota e do relato dos encontros entre os representantes da Labogen e os agentes do Ministério da Saúde, foi omitida qualquer informação acerca dos aludidos encontros de André Vargas com

• **Queixa**

“(…) foi omitida qualquer informação acerca dos aludidos encontros de André Vargas com Alexandre Padilha ou com Carlos Gadelha (então secretário executivo da pasta) a respeito dos fatos”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL

Alexandre Padilha ou com Carlos Gadelha (então secretário executivo da pasta) a respeito dos fatos”, relata o juiz. Desde abril de 2014, a Lava Jato havia divulgado relatórios em que apontava o encontro entre Padilha e Vargas. Os dois negaram relações no negócio.

Na sexta-feira, Moro afirmou em seu despacho que “foram colhidas provas que indicam, em cognição sumária”, que Vargas teve “papel fundamental para que a Labogen lograsse obter a aprovação do Ministério da Saúde para a parceria”, já que, segundo o juiz, a empresa não tinha estrutura adequada para obtê-la sem a ajuda.

O encontro com Padilha foi descrito por Youssef em delação premiada, quando o doleiro disse que “Vargas efetivamente ajudou” nas negociações, apresentando a Labogen ao então ministro. Na ocasião, Padilha teria dito que encaminharia os representantes da Labogen a um dos coordenadores do ministério, Eduardo Jorge, a quem cabia tratar do assunto.

Em abril de 2014, quando o nome de Padilha foi citado no caso, sua assessoria de imprensa repudiou em nota qualquer relação com o doleiro e disse que não foi fechado contrato na pasta com a Labogen.

Na sexta-feira, também em nota, o ministério reiterou a informação. “Em 2013, ao tomar conhecimento do relatório da Polícia Federal sobre a Operação Lava Jato, o Ministério imediatamente suspendeu o termo de compromisso selado com o Laboratório da Marinha, antes mesmo da assinatura de contrato ou de qualquer repasse de recursos públicos. Isso significa que a proposta envolvendo a Labogen sequer passou da fase do cumprimento dos requisitos para assinatura de contrato.”

Sobre a redução da maioridade penal no Brasil

A História do advento do Estado penal moderno se apresenta como um colecionador de fracassos; não reeduca, não reintegra e se caracteriza por ser um elemento perpetuador da violência onde a lógica da vingança e não a da reparação civil e do arrependimento prospera. Na verdade, uma fábrica reprodutora de delinquentes em que os indivíduos capturados e condenados pelo Estado saem piores e mais propensos a cometer infrações mais violentas. Em geral, o sistema penal acarreta mais problemas que soluções, uma máquina de fazer sofrer e de tornar seus hóspedes piores e mais perigosos, uma verdadeira universidade do crime em que os adolescentes vítimas da exclusão social, do tráfico de drogas, da omissão do Estado tendem a se aperfeiçoar na arte do crime.

Diante de tais circunstâncias, se faz necessário desfazer o núcleo político, midiático e acadêmico que caracteriza o senso comum e a produção de mentalidades punitivas e encarceradoras. É preciso questionar as ver-

dades punitivas e simplificadoras que opõem a existência de sujeitos virtuosos e anormais. Com o passar do tempo, aprendemos a pensar sobre a prisão de um modo puramente abstrato: lugar da ordem, do interesse geral, da segurança pública, da defesa dos valores sociais etc.

Os tipos de indagações comuns das pessoas favoráveis a redução da maioridade penal consideram o tempo de duração da pena, que seria de 03 anos, e se baseiam em generalidades e abstrações: "três anos é muito pouco", o "criminoso roubou, esturrou, matou e cortou em pedacinhos". Só três anos? Apenas três anos? Isso é um absurdo! Deixar o criminoso livre? É o fim! Vivemos na "seara da impunidade". Além disso, se considera o fato do recrutamento pelo tráfico de drogas, como se a redução da maioridade penal pudesse evitar que isso ocorresse, ou que a possibilidade de encarceramento fosse gerar medo e impedir que o ado-

No final das contas, não há argumentos substanciais para tal medida, normalmente as pessoas percebem isso, mas dizem: "tudo bem, mas do jeito que está não dá para continuar". Acontecesse que o encarceramento do adolescente infrator muito provavelmente irá piorar a situação

lescente entre para o crime.

No final das contas, não há argumentos substanciais para tal medida, normalmente as pessoas percebem isso, mas dizem: "tudo bem, mas do jeito que está não dá para continuar". Acontecesse que o encarceramento do adolescente infrator muito provavelmente irá piorar a situação e logo os paladinos da moralidade deverão começar a pedir a pena de morte em função do agravamento da violência. Ao impor a força por meio das instâncias formais de controle o Estado mostra sua própria fraqueza e incapacidade de evitar a ocorrência de novos delitos, pois quando opta por apresentar uma "saída violenta e pública" estimula a própria violência que se alastra nos presídios, no tráfico e noutras formas agudas de agressão contra as pessoas comuns. É tempo de mudar de atitude. Deixar de lado as concepções político penais que constroem (abstratamente) a noção de crime, fabricam delinquentes, atualizam métodos penalizadores e fazem prosperar a indústria de controle do crime.

13 ABR 2015

BEMPARANÁ

Luto —

Morre o ex-ministro Paulo Brossard, aos 90 anos

O jurista Paulo Brossard de Souza Pinto, ministro aposentado do Supremo Tribunal federal (STF) morreu na manhã de ontem, em Porto Alegre. Brossard tinha 90 anos e estava com problemas de saúde desde outubro de 2014. Além do STF, ele foi deputado estadual e federal, além de ministro da Justiça.